

RESULTADOS E DESEMPENHO - 2º TRIMESTRE DE 2013

Resultados Econômico-Financeiros (R\$ milhões)	1S13	1S12	Variação
Receita Líquida	1.670,4	1.742,9	-4,2%
EBITDA	224,8	422,4	-46,8%
Margem EBITDA	13,5%	24,2%	-10,7 p.p.
Lucro Líquido	72,3	211,6	-65,8%
Dívida Líquida	937,6	1.014,3	-7,6%
Investimentos	127,2	120,9	5,2%
Volume de fornecimento (GWh)	6.197,2	5.974,7	3,7%
Consumo de energia na área de concessão (GWh)	8.171,0	7.908,2	3,3%

Outros Resultados	jun/13	jun/12	Variação
Clientes (milhares)	2.333,5	2.289,0	1,9%
DEC (horas)	9,02	9,26	-2,6%
FEC (interrupções)	5,12	5,23	-2,1%
Perdas de Distribuição (*)	7,35%	7,13%	0,22 p.p.
Rating corporativo (Standard & Poor's)	brAAA	brAAA	-

(*) Estimativa. Este indicador não contempla o valor das perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DITs), que passou a ser contabilizado desde set/12 pela CCEE como perdas da Elektro. Caso incluído este efeito, o índice de perdas de jun/13 seria de 9,35% – ver item 12.2. - Desempenho Operacional.

SUMÁRIO

1. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITAIS	3
2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
3. AMBIENTE ECONÔMICO	3
4. ASSUNTOS REGULATÓRIOS	5
4.1. Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária e Reajuste Tarifário	5
4.2. Lei 12.783/13 e Revisão Tarifária Extraordinária	5
4.3. Decreto nº 7.945/13	6
5. DESEMPENHO COMERCIAL	7
5.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição.....	7
5.2. Segmentação do Fornecimento de Energia.....	10
5.3. Contratos de Compra de Energia	10
6. RESULTADOS	12
6.1. Resultado pró-forma.....	14
6.2. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio.....	16
7. ESTRUTURA DE CAPITAL	17
7.1. Covenants.....	18
8. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	19
9. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	19
10.FLUXO DE CAIXA	20
11.INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO	21
12.DESEMPENHO OPERACIONAL	22
12.1.DEC e FEC	22
12.2.Perdas de Distribuição	23

1. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITAIS

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A. (“Elektro” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e listada na BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos EKTR3 (ações ordinárias) e EKTR4 (ações preferenciais). Do total de ações emitidas e em circulação, 0,32% são negociadas no mercado.

Em 30 de junho de 2013, o capital social da Elektro era de R\$ 952,5 milhões, divididos em 91,9 milhões ações ordinárias e 101,9 milhões ações preferenciais, conforme tabela a seguir:

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA EM 30.06.2013						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)
Iberdrola Brasil S.A.	91.855.825	99,97%	101.279.596	99,41%	193.135.421	99,68%
Acionistas Minoritários	25.147	0,03%	598.697	0,59%	623.844	0,32%
Total	91.880.972	100,00%	101.878.293	100,00%	193.759.265	100,00%
<i>Participação sobre o total de Ações</i>		<i>47,42%</i>		<i>52,58%</i>		<i>100,00%</i>

A política atualmente praticada pela Elektro para distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas é de 100% do lucro (disponível¹) do exercício, considerando que em 2012 a Companhia atingiu o limite de constituição das Reservas, de acordo com o disposto no Art. 193 § 1º da Lei 6.404/76.

2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A Elektro mantém um canal de comunicação com o mercado pelo *website* www.elektro.com.br/ri, pelo endereço eletrônico ri@elektro.com.br ou pelo telefone (19) 2122-1487.

3. AMBIENTE ECONÔMICO

O primeiro semestre de 2013 foi marcado por perspectivas de baixo crescimento econômico e da produção industrial no curto prazo, tanto no mercado interno quanto externo. Nas economias maduras, principalmente Europa, altas taxas de desemprego por um longo período, aliadas à implementação de ajustes fiscais, com cortes de gastos e aumentos de impostos, e às incertezas de ordem política, traduzem-se também em quedas nos investimentos.

Na economia norte-americana, permanece o modesto ritmo de crescimento econômico, reflexo dos gastos moderados do consumidor, baixos investimentos empresariais e queda das exportações, o que refletiu na revisão da expansão do PIB do primeiro trimestre de 2013 para 1,8%, ante os 2,4% anteriormente divulgados. O ritmo de geração de empregos permanece com poucas perspectivas de uma recuperação mais forte, embora o desemprego tenha recuado para 7,6% em maio de 2013, frente aos 8,2% registrados em maio de 2012, de acordo com dados divulgados pelo Departamento de Trabalho dos Estados Unidos.

Em relação à política monetária, persiste, de modo geral, uma postura expansionista, e a inflação continua em níveis moderados nos EUA e na Zona do Euro, e negativa no Japão. Na China, o crescimento da economia foi de 7,8% em 2012, registrando o pior resultado desde 1999, e para 2013 o Banco Mundial já revisou as expectativas de crescimento da economia chinesa para 7,7%, ante uma expectativa de 8,3% anteriormente divulgada.

No Brasil, o ritmo da atividade econômica está aquém das expectativas do início de 2013, reflexo (i) do baixo crescimento da produção industrial, que no acumulado de janeiro a maio de 2013 foi de apenas 1,7%, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (ii) preocupações com o aumento da inflação, (iii) déficit crescente na balança comercial, e (iv) retração na concessão de crédito e consumo

¹ Lucro Líquido ajustado pela reclassificação do plano de pensão. Os valores ajustados contra resultados abrangentes, conforme parágrafo 93A do CPC 33, são reconhecidos imediatamente em lucros ou prejuízos acumulados e apresentados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

das famílias. Como resultado, a perspectiva para o crescimento do PIB em 2013 é de 2,31% e inflação de 5,80%, de acordo com relatório Focus divulgado pelo Banco Central em 15 de julho. Além disso, a CNI (Confederação Nacional da Indústria), reduziu na primeira semana de julho sua previsão para o crescimento do PIB do Brasil em 2013 de 3,2% para 2,0%.

No primeiro semestre de 2013, a moeda brasileira apresentou desvalorização de 8,42% frente ao dólar norte-americano, cotada a R\$ 2,2156 /US\$, contra uma desvalorização de 7,76% no primeiro semestre de 2012, cotada a R\$ 2,0213 /US\$ em 30 de junho de 2012. Esse movimento é resultado da perspectiva de aumento da taxa de juros americana pelo FED (Federal Reserve), banco central norte-americano, para reduzir os estímulos à economia, o que resultou em uma antecipação dos mercados à essa possibilidade de elevação da remuneração dos títulos do tesouro americano com a consequente migração da liquidez para os ativos e títulos norte-americanos.

O Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) registrou inflação de 1,75% nos primeiros seis meses de 2013, com redução de 1,44 ponto percentual comparado ao mesmo período de 2012, quando apresentou uma inflação de 3,19%. A desaceleração deve-se à menor variação do IPA (Índice de Preço ao Produtor Amplo) no mesmo período, que tem peso de 60% no IGP-M, impactado pela retração no preço dos produtos agrícolas.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o primeiro semestre de 2013 em 3,15%, com incremento de 0,83 ponto percentual em relação ao ano anterior (2,32%). O incremento do índice acumulado no semestre foi liderado pelo grupo de alimentos, a despeito da retração no grupo habitação, cujo principal impacto partiu da queda de preço nas contas de energia elétrica.

Com relação à política monetária, dadas as pressões inflacionárias vigentes, principalmente a partir do último trimestre de 2012, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou ao longo do primeiro semestre de 2013 a taxa Selic em 1,25 ponto percentual, para os atuais 8,50% a.a., taxa divulgada em 10 de julho. A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), por sua vez, foi reduzida paulatinamente desde junho de 2012 para os atuais 5,0% a.a. praticados desde janeiro de 2013, o mais baixo patamar desde sua criação em 1994, e será mantida neste nível ao longo do terceiro trimestre de 2013, pelo menos.

Nos primeiros seis meses do ano, as exportações somaram US\$ 114,5 bilhões, o que representou uma retração de 0,7% sobre o mesmo período do ano anterior. As importações, por sua vez, totalizaram US\$ 117,5 bilhões, com crescimento de 8,4% sobre igual período de 2012. Dessa forma, o déficit comercial acumulado no primeiro semestre totalizou US\$ 3,0 bilhões, frente a um superávit de US\$ 7,1 bilhões nos seis primeiros meses de 2012, registrando, em junho de 2013, o pior resultado semestral dos últimos 18 anos.

Os indicadores econômicos que mais influenciam os resultados da Elektro apresentaram a seguinte evolução:

Indicadores	Variação Acumulada		
	1S13	1S12	Variação
Taxa de Câmbio R\$/€ (*)	2,8827	2,5606	0,3221
Valorização / (desvalorização) cambial - real em relação ao euro	-6,95%	-5,19%	-1,76 p.p.
Taxa de Câmbio R\$/US\$ (*)	2,2156	2,0213	0,1943
Valorização / (desvalorização) cambial - real em relação ao dólar	-8,42%	-7,76%	-0,66 p.p.
IGP-M	1,75%	3,19%	-1,44 p.p.
IPCA	3,15%	2,32%	0,83 p.p.
CDI	3,57%	4,42%	-0,85 p.p.
TJLP	2,47%	2,96%	-0,49 p.p.

* Cotação no encerramento do período

4. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

4.1. Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária e Reajuste Tarifário

O Contrato de Concessão estabelece que a Elektro deve passar pelo processo de Revisão Tarifária a cada quatro anos, além de reajustes anuais entre os anos de revisões, sendo 27 de agosto a data de atualização de suas tarifas. Em 27 de agosto de 2011, ocorreria a 3ª Revisão Tarifária Periódica Ordinária da Elektro, mas devido ao atraso no aprimoramento da metodologia para o ciclo 2011-2014 (3º Ciclo de Revisão Tarifária), a ANEEL decidiu pela prorrogação provisória das tarifas de energia. Desta forma, a Revisão Tarifária ocorreu em 27 de agosto de 2012, com efeitos retroativos a 27 de agosto de 2011.

O efeito do 3º Ciclo de Revisão Tarifária da Elektro combinado ao Reajuste Anual de 2012, referente ao período de 27 de agosto de 2011 a 26 de agosto de 2012, resultou em uma redução média de 3,05% nas tarifas para o consumidor, aplicadas a partir de 27 de agosto de 2012. Para o componente financeiro relativo à postergação da Revisão Tarifária, foi definido que o montante de R\$ 253,4 milhões será devolvido para os consumidores através das tarifas nos reajustes tarifários anuais subsequentes, a partir do Reajuste Tarifário Anual de 2012, inclusive. De acordo com a Nota Técnica nº 255/2012, no reajuste tarifário de 2012, cuja tarifa vigorará até agosto de 2013, foi incorporada a devolução de um terço deste valor.

4.2. Lei 12.783/13 e Revisão Tarifária Extraordinária

O Governo Federal oficializou por meio da Medida Provisória nº 579/2012, assinada em 11 de setembro de 2012 e convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, a redução nos encargos de energia elétrica e as regras para renovação das concessões de Geração, Transmissão e Distribuição vincendas entre 2015 e 2017. Esta Lei permitiu àqueles concessionários a possibilidade de prorrogar suas concessões pela antecipação dos contratos mediante condições específicas previamente estabelecidas.

Para as concessões de Geração e Transmissão, a condição definida pelo Governo é que ativos não amortizados e não depreciados seriam indenizados tendo por base o denominado Valor Novo de Reposição (VNR), e as tarifas a partir de então contemplariam os custos de Operação e Manutenção (O&M) desses ativos. Para as concessionárias de Distribuição também haveria condições específicas a serem estabelecidas pela ANEEL em contrato de concessão ou termo aditivo. A antecipação das prorrogações das concessões afetadas pela Lei 12.783/13 não causou impactos no contrato de concessão da Elektro, uma vez que este tem vigência até 2028.

Adicionalmente, a Lei extinguiu a arrecadação dos encargos setoriais, quais sejam: (i) CCC (Conta de Consumo de Combustíveis), (ii) RGR (Reserva Global de Reversão), além de reduzir a arrecadação da (iii) CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) em 75%. No intuito de contemplar estas reduções nas tarifas de todas as concessionárias, a ANEEL realizou Revisões Tarifárias Extraordinárias. No caso da Elektro, as tarifas foram reduzidas em 20,34% em média, em 24 de janeiro de 2013, conforme Resolução Homologatória 1.435/13. Esta redução decorre exclusivamente da alteração dos encargos setoriais, sem efeito na Margem Operacional e implicou apenas em ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis), não gerando alterações da Parcela B (custos gerenciáveis).

Como resultado das novas regras estabelecidas pela Lei 12.783/13, algumas concessões de usinas não foram renovadas, o que gerou um efeito adverso para as distribuidoras de energia elétrica. A energia proveniente das usinas renovadas foi distribuída por meio de cotas para as distribuidoras, que, no entanto, não foram suficientes para suprir as necessidades do mercado de cada distribuidora, dado que não houve cotização das concessões não renovadas, gerando falta de contratos no mercado. Adicionalmente, houve a rescisão de contratos do 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização das usinas pela ANEEL. Desta forma, a insuficiência de contratos faz com que as distribuidoras passassem a ter que comprar essa energia no mercado de curto prazo a preços de PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) elevados, gerando custos adicionais na compra de energia e que estão impactando significativamente os resultados da Elektro. Entretanto, como se tratam de custos não gerenciáveis (Parcela A), os mesmos serão repassados às tarifas nos próximos reajustes tarifários.

4.3. Decreto nº 7.945/13

Em função das condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o último trimestre de 2012, com os níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas atingindo os menores patamares desde 2001, época do racionamento de energia, o despacho das usinas térmicas foi direcionado para o patamar máximo, o que também ocasionou, adicionalmente à exposição das concessionárias ao mercado de compra de energia no curto prazo a preços elevados, conforme mencionado no item anterior, elevação dos custos de compra de energia por parte das distribuidoras, dado que a energia térmica tem preços mais elevados que a proveniente das usinas hidrelétricas. Como resultado desses fatores, houve significativa pressão sobre o caixa e resultados das concessionárias desde o final de 2012. Destaca-se ainda o aumento do custo de energia devido ao início, em setembro de 2012, da contabilização pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) das perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DITs) para algumas distribuidoras de energia elétrica, dentre as quais a Elektro.

Devido a este cenário, e considerando que as concessionárias de distribuição não têm gerência sobre esses custos, o governo brasileiro emitiu, em 8 de março de 2013, o Decreto nº 7.945, que determina o repasse de recursos da CDE para as distribuidoras, com a intenção de neutralizar parte dos problemas de caixa e resultados enfrentados nesse período. A contabilização no Resultado da Companhia dos recursos cobertos por esse repasse de CDE totalizou R\$ 264,8 milhões em 30 de junho de 2013, sendo que R\$ 177,5 milhões, referentes ao período de janeiro a abril de 2013, já foram efetivamente repassados e o restante, R\$ 87,3 milhões, referentes a maio e junho, estão registrado como contas a receber. Conforme CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, esse montante foi reconhecido como uma compensação de custos incorridos, e contabilizado na rubrica “Contas a receber CDE – Decreto nº 7.945/2013” em contrapartida à conta “Energia comprada para revenda”, impactando positivamente, portanto, os Resultados da Companhia e recompondo parcialmente o Resultado do Serviço, EBITDA, Lucro Líquido e respectivas margens, além dos *covenants* calculados em relação a esses Resultados.

4.3 Medida Provisória 605 e Decretos nº 7.891/13 e 8.020/2013

Em 23 de janeiro de 2013 o governo oficializou a Medida Provisória 605, regulamentada pelo Decreto 7.891/2013, que orientou a utilização dos recursos da CDE para compensar os descontos aplicados nas tarifas praticadas para algumas classes de consumidores e o efeito da não adesão de algumas geradoras à prorrogação de concessões. De acordo com a Resolução ANEEL 1.435/13, emitida em 24 de janeiro, o valor a ser repassado mensalmente para a Elektro para cobertura dos descontos tarifários é de R\$ 10,5 milhões, a partir da data de publicação da Resolução. Em 29 de maio de 2013 a Presidência da República publicou novo Decreto, nº 8.020, concedendo repasse antecipado de sete meses referente a esses recursos, considerando o período de maio a novembro de 2013, o que contribuiu para a redução das pressões de caixa das companhias do setor. Assim, em 7 de junho foram repassados R\$ 73,2 milhões, dos quais R\$ 52,3 milhões, referentes aos meses de julho a novembro, que foram registrados no passivo como Antecipação de Repasse em 30 de junho de 2013 e serão reconhecidos no Resultado de acordo com o mês de competência dos subsídios posteriormente concedidos. O montante reconhecido no Resultado em 30 de junho de 2013, referente aos subsídios dos meses de fevereiro a junho, totalizou R\$ 52,3 milhões.

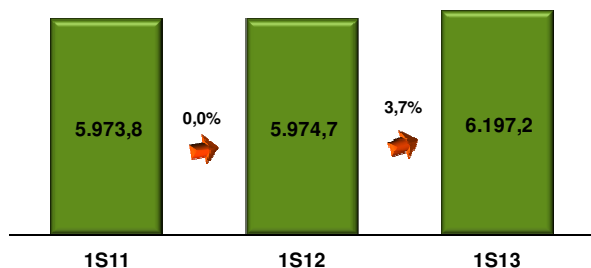
Assim, considerando os repasses realizados em consonância com os Decretos 7.945/13, Resolução 1.435/13 e Decreto 8.020/13, a Elektro havia recebido, até 30 de junho de 2013, R\$ 282,1 milhões em repasses de recursos de CDE.

Adicionalmente, o conteúdo da MP 605, cuja vigência expiraria em 29 de maio de 2013, foi incluído na Medida Provisória 609, que trata da desoneração da cesta básica e que seria, então, encaminhada para votação. Em 1º de julho de 2013 a Câmara dos Deputados aprovou a MP 609, que passará em seguida para sanção da Presidenta da República. O entendimento do setor sobre este tema (incluindo a ANEEL) é de que o Decreto 7.945/13 é suficiente para garantir as compensações relacionadas à exposição das empresas ao mercado de curto prazo.

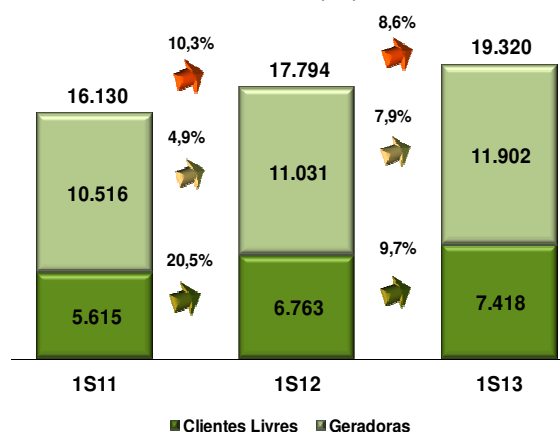
5. DESEMPENHO COMERCIAL

5.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição

Volume de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (GWh) ^(*)

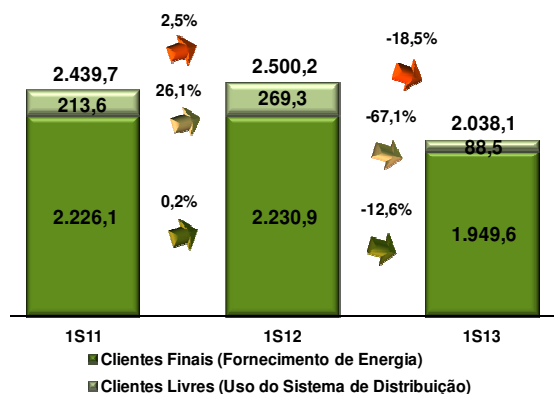


Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras (MW) ^(*)

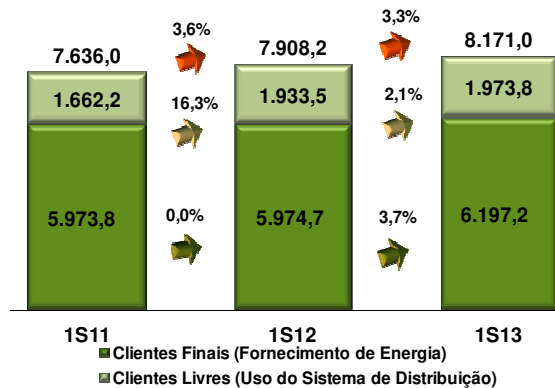


^(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Receita de Fornecimento de Energia e de Uso do Sistema (R\$ milhões)



Consumo Total de Energia Elétrica na Área de Concessão (GWh) ^(*)



^(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Fornecimento de Energia a Clientes Finais	GWh ^(*)		
	1S12	1S13	Var. %
Residencial	1.994,7	2.084,3	4,5%
Industrial	1.818,7	1.824,7	0,3%
Comercial	1.114,4	1.195,5	7,3%
Rural	430,8	454,9	5,6%
Poder Público	156,1	157,6	1,0%
Iluminação Pública	227,7	220,0	-3,4%
Serviços Públicos	232,3	260,1	12,0%
Total de Fornecimento de Energia a Clientes Finais	5.974,7	6.197,2	3,7%

Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras	MW ^(*)		
	1S12	1S13	Var. %
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição ⁽¹⁾	17.794,2	19.320,3	8,6%

Fornecimento de Energia a Clientes Finais	R\$ milhões		
	1S12	1S13	Var. %
Residencial	942,4	821,7	-12,8%
Industrial	550,3	517,8	-5,9%
Comercial	466,6	427,0	-8,5%
Rural	103,1	95,0	-7,9%
Poder Público	66,4	55,9	-15,8%
Iluminação Pública	56,7	46,8	-17,5%
Serviços Públicos	69,5	64,7	-6,9%
Receita não Faturada ⁽²⁾	(24,1)	(79,3)	229,0%
Total de Fornecimento de Energia a Clientes Finais	2.230,9	1.949,6	-12,6%

Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras	R\$ milhões		
	1S12	1S13	Var. %
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição ⁽¹⁾	269,3	88,5	-67,1%
Receita de Fornecimento de Energia + Uso do Sistema de Distribuição (R\$ milhões)	2.500,2	2.038,1	-18,5%

^(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

⁽¹⁾ A Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição está apresentada como demanda faturada.

⁽²⁾ Receita de fornecimento de energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor após a medição mensal e até o último dia do mês, calculada com base na carga de energia distribuída referente ao período apurado. Considerando que a contabilização da receita não faturada é o resultado líquido da provisão do mês corrente menos o estorno da provisão do mês anterior, e que esta provisão é calculada a partir de um percentual sobre a receita faturada, o resultado do primeiro semestre de 2013 está impactado pela redução das tarifas a partir de 24 de janeiro de 2013.

No primeiro semestre de 2013 a Elektro forneceu 6.197 GWh de energia elétrica a clientes finais, representando um crescimento no consumo de 3,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior (5.975 GWh).

No acumulado até junho, as classes residencial e comercial apresentaram crescimento de consumo de 4,5% e 7,3%, respectivamente, em relação ao mesmo período de 2012. O resultado destas classes está impactado pela regularização do código CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), em concordância com a Resolução 414/10 da ANEEL. Esta regularização afetou negativamente a classe residencial e positivamente a comercial. Expurgando o efeito da migração entre classes, o crescimento da classe residencial passa a ser de 5,1% e da classe comercial de 5,6%, taxas muito próximas às médias históricas observadas nos últimos 5 anos, e em linha com os dados da economia brasileira, na qual o crescimento do consumo das famílias nos últimos 5 anos foi, em média, de 4,8%.

O tímido crescimento da classe industrial neste primeiro semestre de 2013, de 0,3% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, resulta do fraco desempenho da Produção Industrial, com crescimento de apenas 1,7% no acumulado de janeiro a maio de 2013, segundo o IBGE, e reflexo da migração de clientes entre os ambientes cativo e livre, tendo como resultado líquido o incremento de clientes no mercado livre. Considerando a totalidade dos clientes industriais, nos mercados livre e cativo, esta classe apresentou crescimento no consumo de 1,4%, se comparado ao primeiro semestre de 2012, em linha com o crescimento da Produção Industrial.

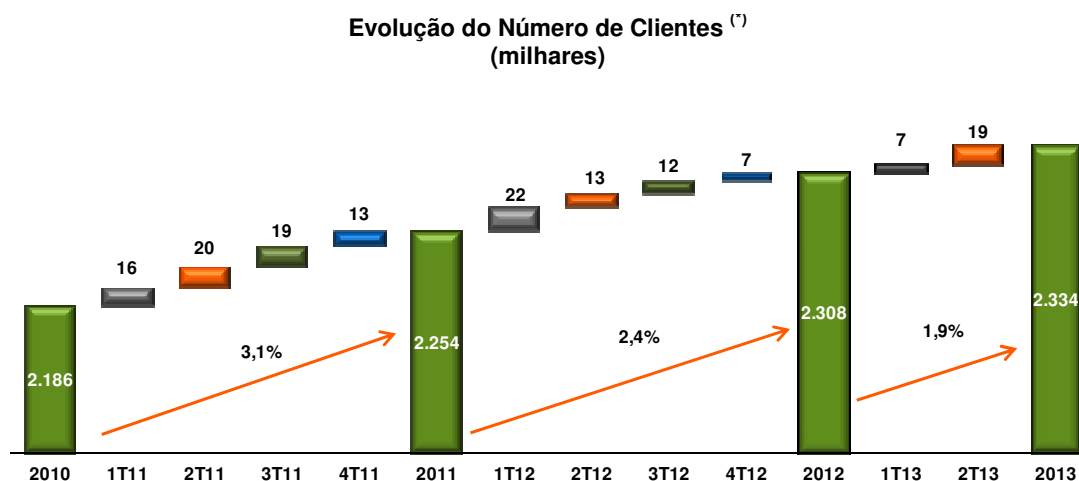
O consumo da classe rural cresceu 5,6% no primeiro semestre deste ano sobre 2012, devido à atualização do código CNAE de dois grandes clientes industriais que foram reclassificados para a classe rural. Expurgando este efeito a taxa de crescimento foi de 2,4%.

A queda do consumo da classe iluminação pública de 3,4% no acumulado até junho deste ano, quando comparado ao mesmo período de 2012, é explicado pelo remanejamento da data de leitura de cerca de 260 unidades consumidoras, que foram impactadas com a redução em, aproximadamente, 15 dias de faturamento.

O expressivo crescimento de consumo da classe serviço público, 12,0% no semestre, é explicado pela migração parcial para o mercado cativo de um grande cliente que até o mês de abril de 2013 era faturado integralmente como cliente livre.

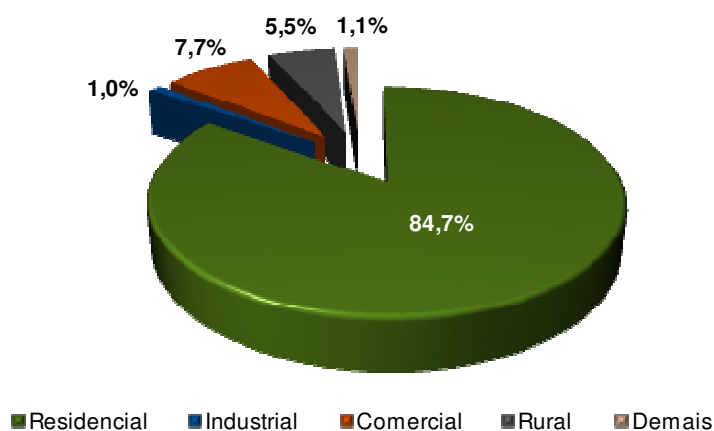
De janeiro a junho de 2013, o aumento do mercado na área de concessão da Elektro foi de 3,3%. O consumo do mercado cativo cresceu 3,7% e dos clientes livres 2,1%. Em junho de 2013 a Elektro faturou 109 clientes no mercado livre, frente a 90 clientes faturados no mesmo período de 2012.

Em junho de 2013, foram atendidos 2,3 milhões de clientes, com incremento de 1,9%, representado por 44,5 mil novos clientes, quando comparado ao mês de junho de 2012. O crescimento vegetativo da população da área de concessão e, conseqüentemente, do número de domicílios ligados à rede elétrica foram responsáveis pelo aumento na base de clientes da Elektro.



A soma das receitas de fornecimento de energia e do uso do sistema de distribuição foi de R\$ 2.038,1 milhões, apresentando retração de 18,5% no primeiro semestre de 2013 sobre igual período do ano anterior (R\$ 2.500,2 milhões). A despeito do crescimento favorável de mercado de 3,3% no consumo no primeiro semestre de 2013, a redução na receita de fornecimento de energia e do uso do sistema de distribuição decorre, principalmente, dos efeitos da revisão tarifária extraordinária ocorrida em 24 de janeiro de 2013, com redução média nas tarifas da Elektro de 20,34%, conforme detalhado no item 6, “Resultados da Companhia”.

Segmentação dos Clientes ^(*)
(Total: 2,3 milhões)

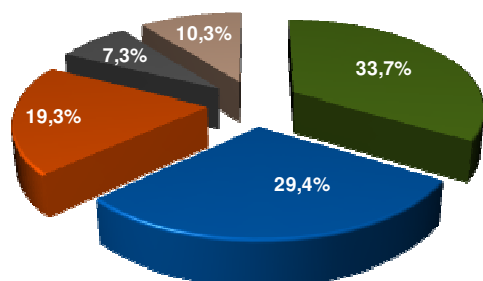


^(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

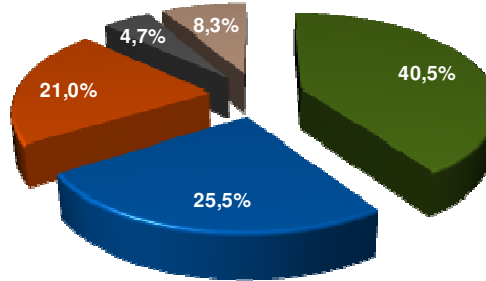
5.2. Segmentação do Fornecimento de Energia

O fornecimento de energia elétrica a clientes finais apresentou a seguinte segmentação no primeiro semestre de 2013:

Volume de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (6.197,2 GWh) ^(*)



Receita de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (R\$ 2.028,9 milhões)



■ Residencial ■ Industrial ■ Comercial ■ Rural ■ Demais ¹

^(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

⁽¹⁾ Inclui receita não faturada a clientes finais.

5.3. Contratos de Compra de Energia

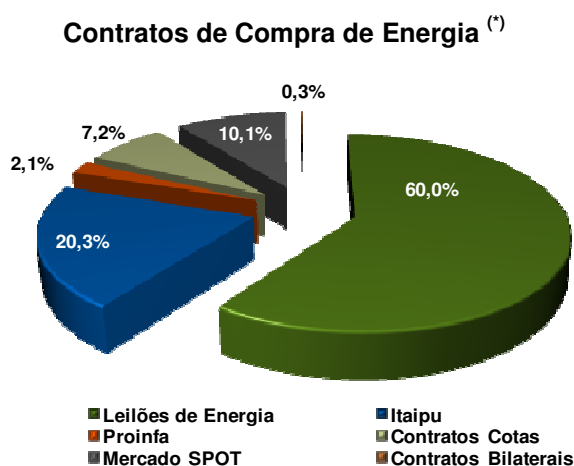
Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação para a contratação de sua necessidade de energia para 2013. No entanto, a recontração do volume de energia existente cujos contratos terminaram em dezembro de 2012, e que estava prevista para acontecer ainda naquele ano (em Leilão A-1) não foi realizada em sua totalidade tendo em vista (i) o cancelamento do referido leilão e a insuficiência na distribuição das cotas compulsórias provenientes da Usina de Angra e das usinas que aceitaram a renovação das concessões, conforme estabelecido na Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 7.805/12, (ii) a rescisão de contratos do 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização das usinas pela ANEEL e, adicionalmente, (iii) pela falta de oferta de energia por parte dos geradores no Leilão A-0, ocorrido em junho de 2013, que previa o suprimento de energia no período entre julho de 2013 e junho de 2014. A combinação destes efeitos culminou na insuficiência contratual anual de 7,6% em 2013 (posição de 30 de

junho de 2013). Parte desta insuficiência poderá ser contratada no Leilão de Ajuste previsto para agosto de 2013 e através de outros mecanismos de compra como Chamada Pública para aquisição de energia de geradores conectados ao sistema de distribuição da Elektro. Conforme legislação vigente, esta exposição é considerada involuntária, não implicará em penalidades e seu custo será repassado dentro do processo de reajuste tarifário.

Dessa forma, no primeiro semestre de 2013 o suprimento de energia para a Elektro foi realizado (i) 60,0% através de contratos provenientes de Leilões de Energia no Ambiente Regulado, (ii) 20,3% da energia compulsória proveniente de Itaipu, (iii) 7,2% foram provenientes de contratos de cotas, (iv) 2,1% provém de empreendimentos participantes do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (Proinfa), (v) 0,3% resultaram de contratos bilaterais e o restante, (vi) 10,1%², decorreram de compras no mercado *spot*.

A partir de 2014, há também necessidade de contratação de energia, devido, principalmente, ao término da vigência dos contratos dos leilões de energia existente. Parte do volume necessário para atendimento do crescimento de mercado a partir de 2014 já foi adquirido em leilões anteriores, sendo que o restante será recontratado em leilões específicos³ e através de cotas estabelecidas na Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 7.805/12, conforme previsto na legislação.

O gráfico a seguir demonstra a composição do volume de compras de energia da Elektro para 2013:



^(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

² A diferença entre o percentual de compras realizado no mercado *spot* no primeiro trimestre de 2013 e o percentual de exposição estimado para o ano de 2013 (7,6%) deve-se à sazonalidade dos contratos de compra de energia.

³ Para o ano de 2013 está previsto o leilão A-1 de energia existente, para início de suprimento em 2014, com base nos contratos CCEAR que terminarem em 31 de dezembro de 2013 e que não foram transformados em cotas das concessões renovadas antecipadamente em janeiro de 2013.

6. RESULTADOS

Valores em R\$ milhões	1S13	1S12	△ R\$		△ %	
			1S13 / 1S12	1S13 / 1S12	1S13 / 1S12	1S13 / 1S12
Venda de Energia Clientes Finais	1.949,6	2.230,9	(281,3)		-12,6%	
Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição	88,5	269,3	(180,8)		-67,1%	
Receita de construção	137,1	122,1	15,0		12,3%	
Outras Receitas	141,8	57,9	83,9		144,9%	
Receitas Operacionais	2.317,0	2.680,2	(363,2)		-13,6%	
Deduções às Receitas Operacionais	(646,6)	(937,3)	290,7		-31,0%	
Receitas Operacionais Líquidas	1.670,4	1.742,9	(72,5)		-4,2%	
Energia Comprada para Revenda	(1.050,3)	(930,5)	(119,8)		12,9%	
Custo de Construção	(137,1)	(122,1)	(15,0)		12,3%	
Gastos e Despesas Operacionais	(331,5)	(339,5)	8,0		-2,4%	
Resultado do Serviço	151,5	350,8	(199,3)		-56,8%	
EBITDA *	224,8	422,4	(197,6)		-46,8%	
Resultado Financeiro	(38,8)	(29,2)	(9,6)		32,9%	
Lucro Líquido	72,3	211,6	(139,3)		-65,8%	

* O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consiste no lucro líquido (R\$ 72,3 milhões) ajustado pelo resultado financeiro (R\$ 38,8 milhões), imposto de renda e contribuição social (R\$ 40,4 milhões), e depreciação e amortização (R\$ 73,3 milhões). A administração da Elektro entende o EBITDA como uma medida gerencial de lucratividade, amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar e comparar o desempenho das empresas.

A Receita Operacional Bruta da Elektro foi de R\$ 2,3 bilhões no primeiro semestre de 2013, uma redução de 13,6% em relação ao mesmo período de 2012. Já as Receitas Operacionais Líquidas atingiram R\$ 1.670,4 milhões, registrando retração de 4,2% em relação ao primeiro semestre de 2012 (R\$ 1.742,9 milhões). As variações observadas devem-se principalmente à:

- (i) redução nas tarifas praticadas a partir de 27 de agosto de 2012, como efeito da combinação do resultado da Revisão Tarifária de 2011 (postergada para 2012, com efeitos retroativos a 2011) com o resultado do Reajuste Tarifário de 2012, com efeito médio percebido pelo consumidor de -3,05%;
- (ii) revisão tarifária extraordinária ocorrida em 24 de janeiro de 2013 em decorrência da Lei 12.783/13, que desonerou da tarifa a maior parte dos encargos setoriais, e que implicou, para a Elektro, numa redução média de 20,34% nas tarifas, sem impacto na margem operacional, pois houve também redução nas deduções à receita referentes aos encargos setoriais (extinção da CCC, RGR e redução da CDE em 75%) na mesma proporção, bem como dos preços e tarifas de transmissão e energia comprada. Adicionalmente, a queda na Receita implicou em redução de todos os tributos incidentes sobre a mesma. Principalmente por esses motivos, observa-se uma queda na Receita Líquida menor do que na Receita Bruta;
- (iii) baixo crescimento da classe industrial, resultado do fraco desempenho da Produção Industrial e da migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo:

- (iv) crescimento de mercado de 3,3%, em especial das classes de consumo residencial e comercial;

- (v) incremento de R\$ 83,9 milhões em Outras Receitas decorrente principalmente do repasse dos recursos da CDE referente às subvenções, que até 2012 eram repassadas por meio das tarifas de energia e a partir de 2013 o recurso passou a ser transferido diretamente às distribuidoras via CDE.

O Custo da Energia Comprada para Revenda cresceu 12,9% em comparação com o primeiro semestre de 2012, registrando R\$ 1.050,3 milhões, devido, principalmente: (i) ao maior despacho de usinas térmicas, cujo custo de energia é mais elevado, consequência do cenário de baixos níveis nos reservatórios das usinas hidrelétricas, e (ii) compras de energia no mercado *spot* a preços de PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) elevados devido, principalmente, (a) ao cancelamento do leilão de energia A-1 que deveria ter ocorrido até o final de 2012, (b) a rescisão de contratos do 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização das usinas pela ANEEL, (c) à insuficiência na distribuição das cotas compulsórias provenientes da Usina de Angra e das usinas que aceitaram a renovação das concessões, conforme estabelecido na Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 7.805/12, além (d) do início da contabilização pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) das perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DITs) para as Distribuidoras de Energia Elétrica a partir de setembro de 2012, dentre elas a Elektro, o que resultou em um volume maior de energia comprada no mercado de curto prazo. Esse resultado foi parcialmente compensado pelos recursos de repasse de CDE, que totalizaram R\$ 264,8 milhões contabilizados no Resultado no primeiro semestre de 2013. Tal repasse foi definido através do Decreto 7.945/13 com o objetivo de neutralizar parte dos problemas de caixa e resultado enfrentados pelas distribuidoras em função das pressões atípicas enfrentadas sobre o custo de energia.

Os Gastos e Despesas Operacionais somaram R\$ 331,5 milhões, registrando retração de 2,4% (R\$ 8,0 milhões) em relação a 2012, em linha com a redução planejada, tendo em vista os resultados das eficiências obtidas principalmente a partir do 2º semestre de 2012 por meio de inovações e melhorias de processos.

O Resultado do Serviço foi de R\$ 151,5 milhões, com redução de 54,7% na margem, que passou de 20,1% no primeiro semestre de 2012 para 9,1% no primeiro semestre de 2013, decorrente, principalmente, da redução nas tarifas combinada ao aumento do Custo da Energia Comprada, parcialmente compensados pela redução nos Custos e Despesas Operacionais.

O EBITDA encerrou o período em R\$ 224,8 milhões, com redução de 44,2% na margem EBITDA em relação ao mesmo período de 2012 (de 24,2% em 2012 para 13,5% em 2013), decorrente das mesmas variações no Resultado do Serviço descritas acima.

O Resultado Financeiro nos seis primeiros meses de 2013 foi uma despesa líquida de R\$ 38,8 milhões, apresentando aumento de 32,9% sobre a despesa financeira líquida auferida no mesmo período de 2012 (R\$ 29,2 milhões). A variação observada ocorreu principalmente devido a (i) antecipação em setembro de 2012 da captação dos recursos destinados para pagamento de empréstimos vencidos em 2013, cuja liquidação se deu em abril de 2013, (ii) variação monetária das debêntures (5ª e 6ª Emissão), impactadas pelo aumento do IPCA, que passou de 2,32% para 3,15%, e (iii) aumento de 6% do endividamento total, quando comparado ao mesmo período de 2012, (iv) efeitos parcialmente compensados pelo aumento das receitas de aplicações financeiras, devido ao maior saldo de caixa do período.

A Elektro registrou Lucro Líquido de R\$ 72,3 milhões no primeiro semestre de 2013, com redução de 64,5% na margem líquida, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, passando de 12,1% em 2012 para 4,3% em 2013.

6.1. Resultado pró-forma
R\$ Mil

DRE - Resultado pró forma	2013	2012	Variação	
	30/06/2013	30/06/2012	R\$ Mil	%
Receitas operacionais líquidas	1.670.374	1.742.947	(72.573)	-4,2
(-) Receita de construção	137.062	122.084	14.978	12,3
(-) Ativos e passivos regulatórios (ROL)	(20.114)	189.141	(209.255)	-110,6
Receitas operacionais líquidas - pró forma	1.553.426	1.431.722	121.704	8,5
EBITDA	224.833	422.406	(197.573)	-46,8
(-) Ativos e passivos regulatórios (ROL)	(20.114)	189.141	(209.255)	-110,6
(-) Ativos e passivos regulatórios (Compra energia)	(121.749)	(74.075)	(47.674)	64,4
EBITDA - pró forma	366.696	307.340	59.356	19,3
Resultado do Serviço	151.533	350.755	(199.222)	-56,8
(-) Ativos e passivos regulatórios (ROL)	(20.114)	189.141	(209.255)	-110,6
(-) Ativos e passivos regulatórios (Compra energia)	(121.749)	(74.075)	(47.674)	64,4
Resultado do Serviço - pró forma	293.396	235.689	57.707	24,5
Lucro líquido	72.280	211.564	(139.284)	-65,8
(-) Ajustes EBITDA líquidos de IR/CS	(93.630)	75.944	(169.574)	-223,3
Lucro líquido - pró forma	165.910	135.620	30.290	22,3

Os Resultados da Companhia no primeiro semestre de 2012 e de 2013, apresentados no item deste Relatório, estão impactados por eventos que foram e serão repassados às tarifas nos Reajustes Tarifários subsequentes. Esses eventos estão apresentados no quadro acima como “ativos e passivos regulatórios”. As Receitas Operacionais Líquidas (ROL) contém um efeito negativo de R\$ 20,1 milhões no primeiro semestre de 2013 frente a um efeito positivo de R\$ 189,1 milhões no mesmo período de 2012, relacionado, principalmente, com a postergação da Revisão Tarifária de agosto de 2011 para agosto de 2012, sendo que a devolução de um terço desses valores que vem ocorrendo desde agosto de 2012 e o restante será devolvido nos reajustes tarifários subsequentes. Além disso, a Receita de Construção tem impacto nulo sobre o Resultado da Companhia, uma vez que é uma contrapartida das variações do Custo de Construção, dado que não há margem de contribuição na prestação deste serviço pelas distribuidoras de energia elétrica no Brasil (maiores detalhes vide Nota Explicativa nº 11.3). Dessa forma, a exclusão destes efeitos sobre as Receitas Operacionais Líquidas resultaria em uma receita de R\$ 1.553,4 milhões no primeiro semestre de 2013 contra R\$ 1.431,7 milhões no mesmo período de 2012, o que significaria um crescimento de 8,5%, motivado principalmente pelo crescimento de mercado na área de concessão e melhora no mix de consumo.

O EBITDA contém ainda, além do efeito dos ativos e passivos regulatórios sobre a Receita, o impacto dos Custos de Energia Comprada, que são repassados em reajustes tarifários subsequentes, negativo de R\$ 121,7 milhões no primeiro semestre de 2013 e de R\$ 74,1 milhões no mesmo período de 2012. Se efetuados os ajustes para exclusão desses eventos em ambos os períodos, considerando os repasses desses valores nas tarifas da Companhia, o EBITDA ajustado do primeiro semestre de 2013 seria de R\$ 366,7 milhões e o de 2012 de R\$ 307,3 milhões, o que significaria um crescimento de 19,3% neste período. Da mesma forma, o Resultado do Serviço ajustado seria de R\$ 293,4 milhões no primeiro semestre de 2013 contra R\$ 235,7 milhões no mesmo período de 2012, o que representaria um incremento de 24,5%. Os fatores que motivaram esse crescimento são aqueles já comentados na variação da ROL, adicionados a variação positiva nas contas de Gastos e Despesas Operacionais de R\$ 8,0 milhões já descrita anteriormente.

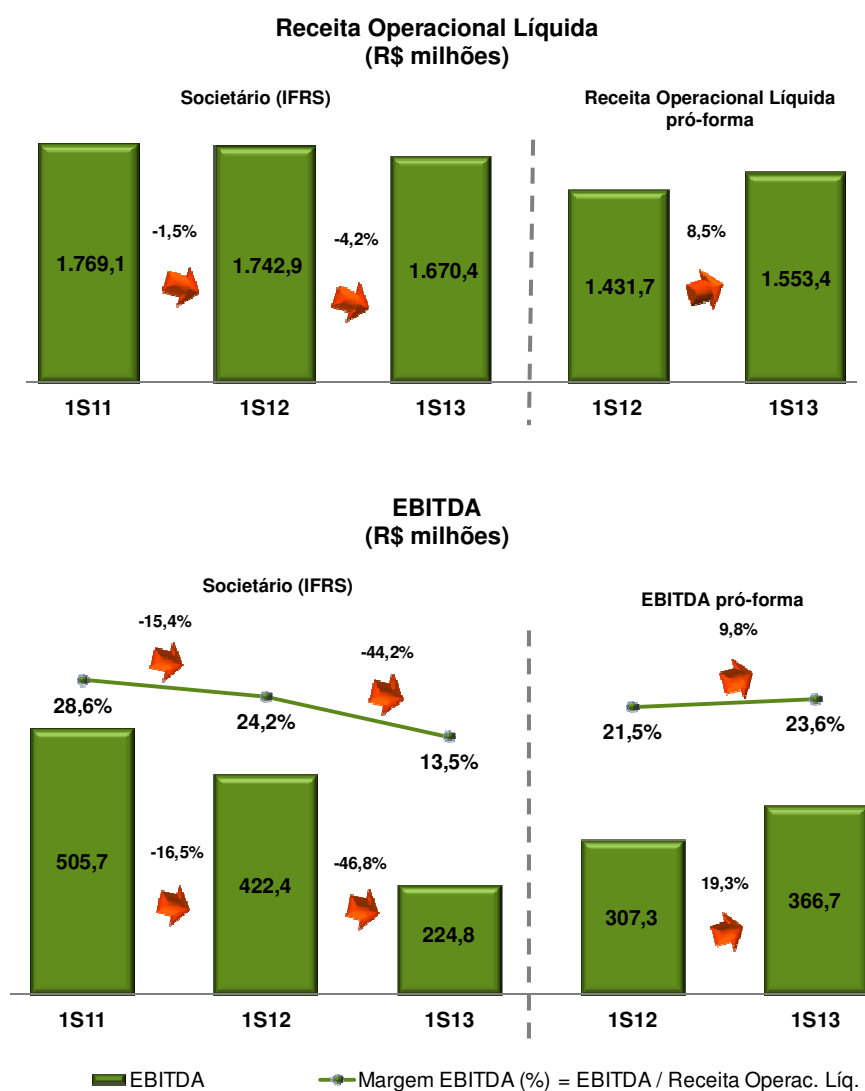
Considerando os efeitos destes mesmos ajustes no EBITDA e Resultado do Serviço, líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social, o Lucro Líquido de janeiro a junho de 2013 seria de R\$ 165,9 milhões frente a R\$ 135,6 milhões no mesmo período de 2012, implicando em um crescimento de 22,3% no Lucro Líquido

pró-forma, motivado pelos efeitos mencionados anteriormente, compensados parcialmente pela variação negativa do Resultado Financeiro.

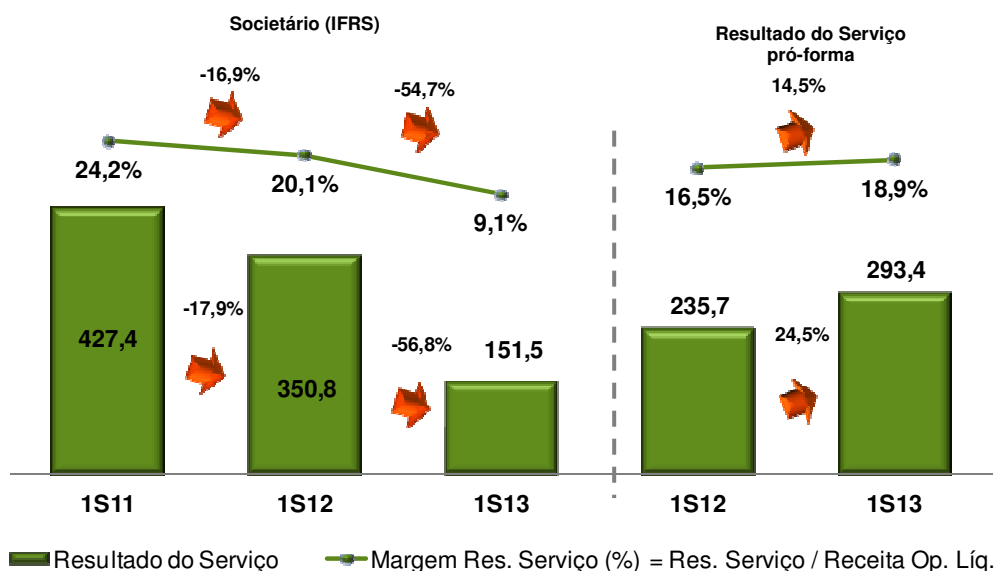
A Elektro entende que esses ajustes são necessários para um adequado entendimento dos níveis de geração de caixa operacional, descontados os efeitos temporários decorrentes do descasamento entre variações de custos não gerenciáveis e o reflexo destas variações nas Receitas, que, conforme a regulação do setor, se ajustarão a partir da Revisão ou Reajuste Tarifário subsequente.

É importante destacar que a Revisão Tarifária Extraordinária, ocorrida em 24 de janeiro de 2013, não tem efeito no resultado pró-forma, já que o objetivo dessa revisão foi de reduzir a tarifa da Distribuidora especificamente na Parcela A, e conseqüentemente reduzir os encargos setoriais e custos de compra de energia e transmissão, que compõe esta Parcela. Os efeitos das diferenças entre receitas e custos que envolvem Parcela A são capturados pelos ativos e passivos regulatórios que ajustaram as rubricas acima.

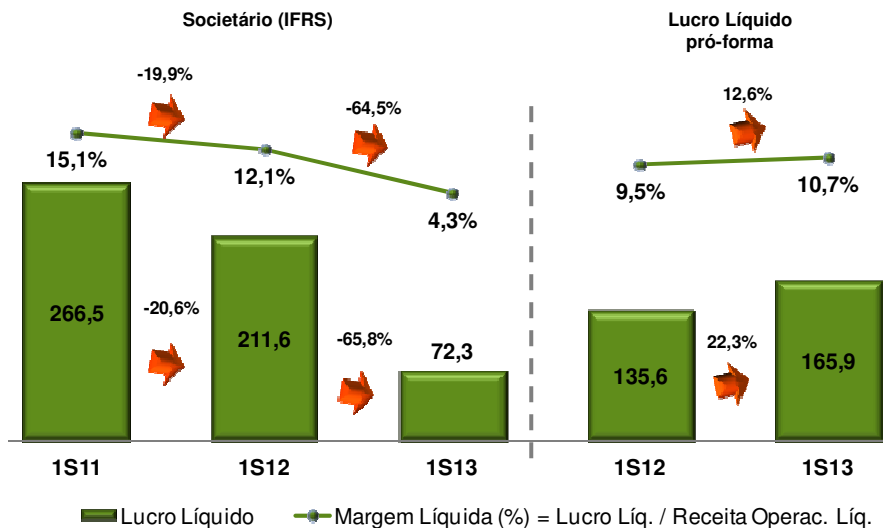
Os gráficos a seguir ilustram o desempenho dos resultados da Elektro nos primeiros seis meses de 2013 comparados ao mesmo período de 2012, considerando os resultados societários (IFRS) e pró-forma (ajustes de ativos e passivos regulatórios):



**Resultado do Serviço
(R\$ milhões)**



**Lucro Líquido
(R\$ milhões)**



6.2. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 19 de outubro de 2012, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 92,0 milhões, referente ao exercício social de 2012, cujo pagamento se dará no exercício social de 2013, conforme disponibilidade de caixa da Companhia.

Em 17 de abril de 2013, a Assembleia Geral dos acionistas da Elektro aprovou a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 46,6 milhões, referente ao exercício social de 2012 (deduzidos os dividendos intermediários e juros sobre capital próprio), cujo pagamento se dará no exercício social de 2013, conforme disponibilidade de caixa da Companhia.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

30/06/2013	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
			R\$ milhões	%
Empréstimos com Terceiros				
Debêntures	40,6	994,2	1.034,8	75,5%
BNDES Finem / Finame	28,0	140,4	168,4	12,3%
Eletrobrás	12,5	80,5	93,0	6,8%
Finep	12,0	48,0	60,0	4,4%
Arrendamento mercantil	3,1	10,7	13,8	1,0%
Total da Dívida	96,2	1.273,8	1.370,0	100,0%
Perfil da Dívida	7%	93%	100%	
Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos ⁽¹⁾			(432,4)	
Endividamento Líquido			937,6	

⁽¹⁾ Considera garantias específicas de dívidas, excluindo garantias caucionadas para compra de energia elétrica, fundo educacional e outros.

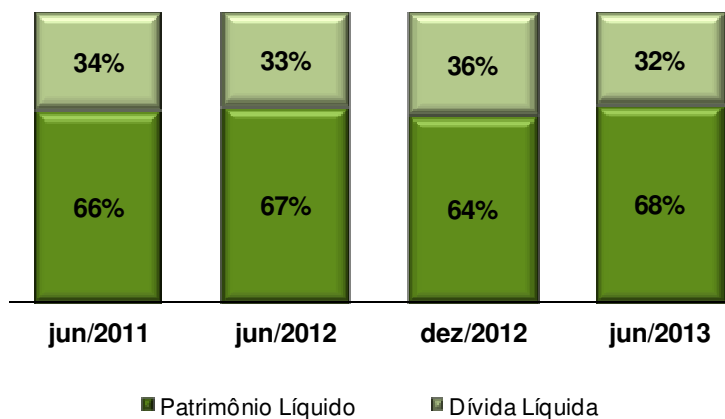
A Elektro encerrou o primeiro semestre de 2013 com endividamento líquido de R\$ 937,6 milhões (7,6% menor que a posição encerrada em 30 de junho de 2012, quando encerrou com endividamento líquido de R\$ 1.014,3 milhões), resultado do endividamento total de R\$ 1.370,0 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 432,4 milhões. A dívida de curto prazo corresponde a 7% do total do endividamento.

No primeiro semestre de 2013, a empresa captou R\$ 55,7 milhões para financiar seu programa de investimentos, sendo (i) R\$ 37,8 milhões através da linha de financiamento já existente com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social) e (ii) R\$ 17,9 milhões através da linha de financiamento relacionada a projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação com a FINEP. Estas captações estão em linha com a política da Companhia de obtenção de endividamento com taxas atrativas para financiamento de seus investimentos.

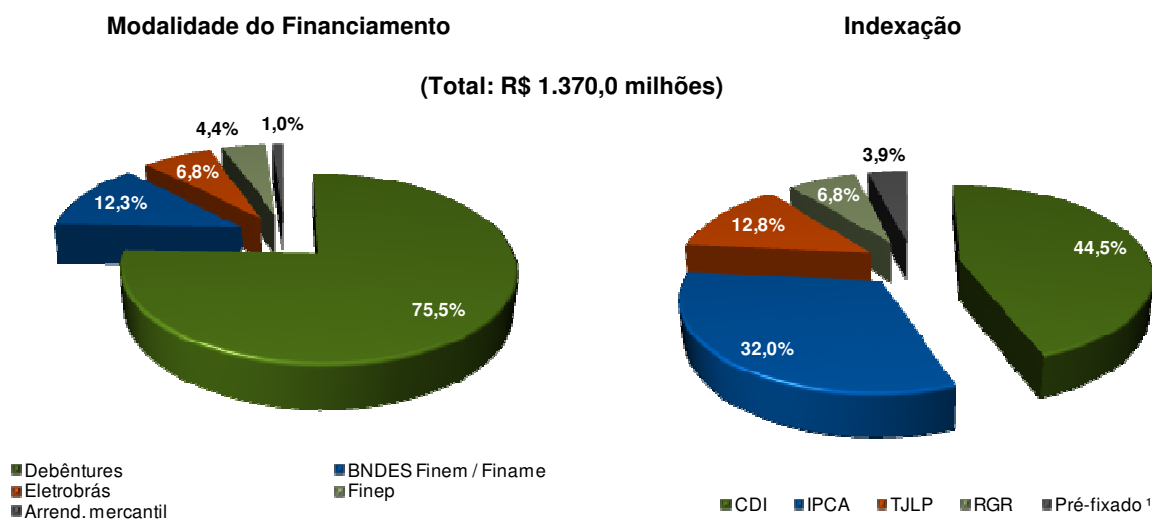
Em 8 de abril de 2013 a Elektro assinou contrato com o Banco Europeu de Investimento (BEI) no valor total de até EUR 115 milhões e prazo de até 12 anos. O contrato tem por objetivo apoiar os investimentos para os anos de 2012 e 2013 de modernização e ampliação da rede de distribuição de energia da Elektro.

Em 9 de abril de 2013 a Elektro liquidou, no vencimento da operação, os empréstimos em moeda estrangeira na modalidade 4131, juntamente com as operações de *Swap* a eles vinculados, que tinham como objetivo mitigar 100% do risco de variação cambial de captação em moeda estrangeira.

Estrutura de Capital
(Dívida Líquida / (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido))



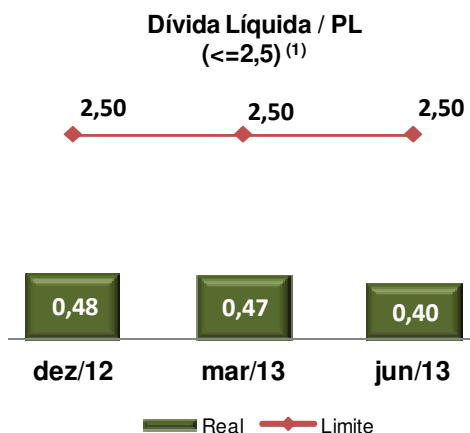
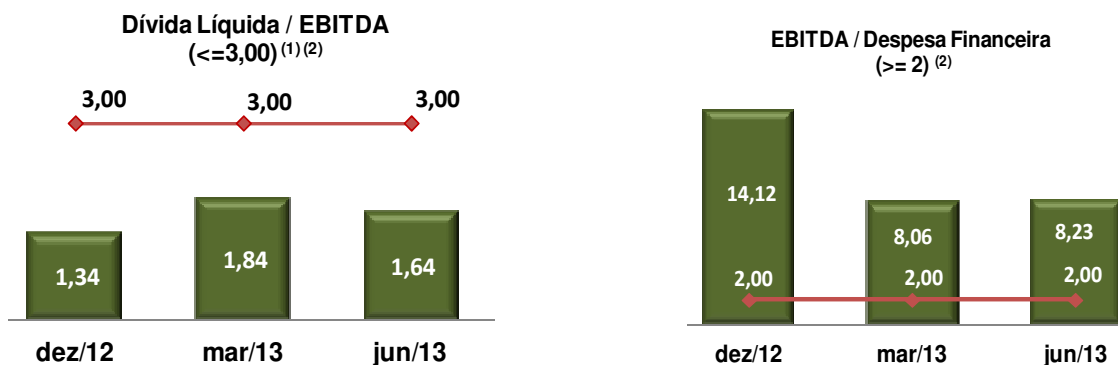
Em 30 de junho de 2013, o endividamento total da Elektro apresentava as seguintes características:



¹ Consideram recursos da FINEP sem indexação.

7.1. Covenants

A Companhia sempre cumpriu e vem mantendo uma relação confortável com relação aos limites estabelecidos para seus *covenants* financeiros baseados nos resultados apurados pelos critérios do IFRS previstos nos contratos firmados com o BNDES e nas escrituras das 5^a e 6^a emissão de Debêntures, conforme demonstrado abaixo:



(1) BNDES

(2) Debêntures 5ª e 6ª emissão

8. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Em 17 de junho de 2013, a agência de classificação de riscos *Standard & Poor's* reafirmou o *rating* de crédito corporativo da Elektro em 'brAAA', mantido desde 1º de julho de 2010, o melhor *rating* da escala de crédito. A 5ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 300 milhões, emitida em 15 de agosto de 2011, e a 6ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 650 milhões, emitida em 12 de setembro de 2012, também tiveram seus *ratings* reafirmados em 'brAAA'.

9. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros.

Em 30 de junho de 2013, a Elektro não possuía operações envolvendo instrumentos derivativos. Até 9 de abril de 2013 a Elektro possuía três operações de Swap que tinham como objetivo mitigar 100% do risco de variação cambial de captação em moeda estrangeira com início e vencimento nas mesmas datas do contrato de financiamento. Na referida data foram liquidados os financiamentos em moeda estrangeira bem como as operações de Swap a eles vinculados (vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 31).

A Companhia também possui pagamentos de compra de energia de Itaipu que são atrelados ao dólar norte-americano, cujas variações cambiais estão contempladas no reajuste tarifário anual aplicável à Companhia, conforme mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A (CVA).

10. FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa	Valores em R\$ milhões		△ R\$ milhões
	1S13	1S12	1S13/1S12
Lucro líquido do período	72,3	211,6	(139,3)
Depreciação e outras amortizações	73,3	71,7	1,6
Juros e variação monetária e cambial	69,8	59,1	10,7
Tributos diferidos	(18,2)	(7,8)	(10,4)
Outros	80,4	74,4	6,0
Despesas (receitas) que não afetam o caixa	205,3	197,4	7,9
Lucro Líquido Ajustado	277,6	409,0	(131,4)
Variação do Capital de Giro Operacional	67,4	(138,8)	206,2
Geração Operacional de Caixa após Imposto de Renda, Contribuição Social e Pagamento de Juros	345,0	270,2	74,8
Adições ao intangível e ao ativo indenizável e imobilizado	(137,1)	(122,1)	(15,0)
Valor pago na baixa do ativo intangível, ativo indenizável e imobilizado	(0,2)	(3,9)	3,7
Caução de fundos e depósitos vinculados	(7,3)	(22,6)	15,3
Atividades de Investimento	(144,6)	(148,6)	4,0
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	(407,1)	(15,0)	(392,1)
Captação de empréstimos e debêntures	55,7	62,6	(6,9)
Saldo de Caixa Incorporado	-	18,2	(18,2)
Atividades de Financiamento antes do Pagamento de Dividendos	(351,4)	65,8	(417,2)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-	(195,6)	195,6
Atividades de Financiamento após Pagamento de Dividendos	(351,4)	(129,8)	(221,6)
Geração (consumo) Líquido de Caixa	(151,0)	(8,2)	(142,8)
Saldo Inicial do Período (excluindo caução de fundos)	583,1	285,5	297,6
Saldo Disponível de Caixa do Período (excluindo caução de fundos)	432,1	277,3	154,8

No primeiro semestre de 2013 houve consumo líquido de caixa no montante de R\$ 151,0 milhões, superior em R\$ 142,8 milhões ao mesmo período de 2012. As principais justificativas são:

- (i) Amortização de empréstimos e financiamentos, em especial a liquidação do empréstimo em moeda estrangeira (linha 4131) no montante de R\$ 360 milhões em abril de 2013.

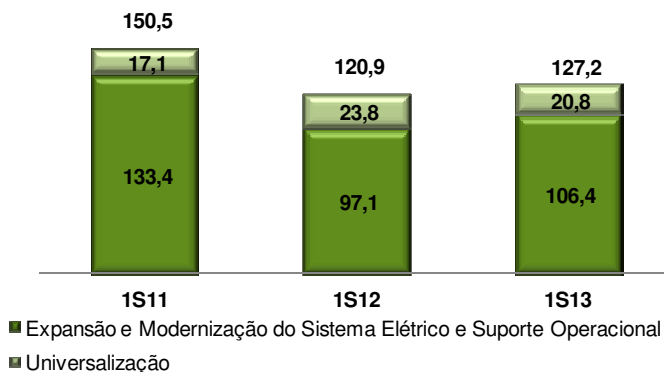
Esse efeito foi parcialmente compensado no período por:

- (ii) Postergação em 2013 do pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio, resultando em uma variação positiva de R\$ 195,6 milhões.
- (iii) Maior Geração Operacional de Caixa, com incremento de R\$ 74,8 milhões no primeiro semestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2012. Este incremento é resultado de uma variação positiva no Capital de Giro Operacional, decorrente principalmente da redução do capital de giro investido em Contas a Receber de consumidores, parcelamento de débito e fornecedores, parcialmente compensado pelo resultado líquido dos repasses e provisões a receber de CDE. Os menores resultados acumulados no período, por sua vez, contribuíram para a redução do impacto da variação no capital de Giro Operacional sobre a Geração Operacional de Caixa.

11. INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO

No primeiro semestre de 2013, a Elektro investiu R\$ 133,8 milhões, dos quais R\$ 6,6 milhões referem-se a investimentos realizados com recursos de clientes. Este montante representa um incremento de 7,2% em relação aos investimentos registrados no mesmo período de 2012 (R\$ 124,8 milhões, dos quais R\$ 3,9 milhões referiam-se a investimentos realizados com recursos de clientes).

Evolução dos Investimentos ¹
(R\$ milhões)



¹ Exclui investimentos com recursos de clientes.

Os principais programas de investimentos foram:

- (i) R\$ 106,4 milhões na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais:
 - (a) R\$ 56,8 milhões estão associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão;
 - (b) R\$ 35,6 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico;
 - (c) R\$ 8,9 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas; e
 - (d) R\$ 5,1 milhões foram investidos em programas de Tecnologia da Informação, Infraestrutura e na Frota.
- (ii) R\$ 20,8 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438 de abril de 2002, segregados da seguinte forma:
 - (a) R\$ 19,2 milhões referente a Programas de Universalização, que determinam o atendimento de novas ligações e aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 kVA.
 - (b) R\$ 1,6 milhão referente a Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizaram o fornecimento de energia elétrica a 186 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos; e

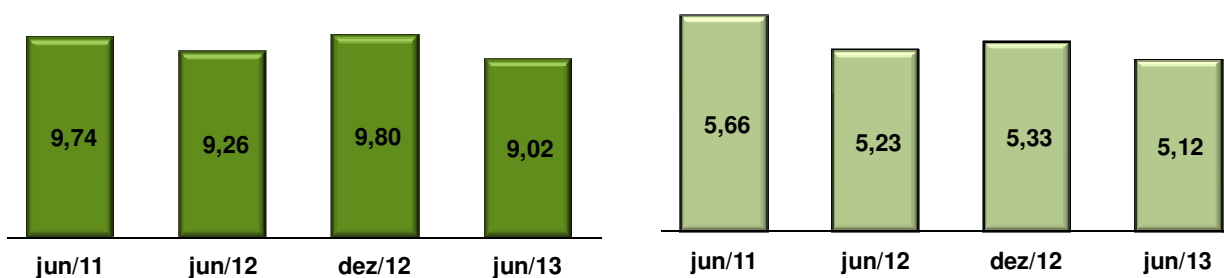
A variação dos investimentos realizados no primeiro semestre de 2013 frente ao mesmo período do ano anterior se deve, principalmente, a realização de obras de maior porte em subestações e linhas de transmissão e também em virtude da aquisição dos transformadores de reserva (que em 2012 foram adquiridos em trimestres subsequentes). Essa aquisição faz parte da política definida pela companhia para garantir a segurança e qualidade na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica. Em 2011, os investimentos foram superiores devido aos investimentos em projetos não recorrentes, como por exemplo, investimentos em tecnologia da informação e infraestrutura para atendimento à Resolução 414/10 (ANEEL), que estabeleceu a abertura de novas agências de atendimento presencial, e a implementação do processo de Leitura e Entrega Simultânea de Contas de Energia e atendimento de Demandas Legais (Resolução 367 da ANEEL e IFRS).

12. DESEMPENHO OPERACIONAL

12.1. DEC e FEC

Destacam-se como principais indicadores operacionais de qualidade de fornecimento da Companhia o DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor), atualizados em junho de 2013, que apresentaram queda em relação aos indicadores de junho de 2011, junho de 2012 e dezembro de 2012. Estes resultados são reflexo do compromisso da Elektro com a eficiência e fruto dos investimentos realizados no sistema elétrico, notadamente no plano anual de manutenção preventiva e preditiva, utilização de novas tecnologias e componentes de rede, que aprimoraram a robustez do sistema e tem garantido melhor confiabilidade no fornecimento de energia elétrica, o que culminou em 2012 no reconhecimento, pela oitava vez, com o prêmio de Melhor Gestão Operacional, concedido pela Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica).

DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (horas) ^(*) **FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (interrupções) ^(*)**

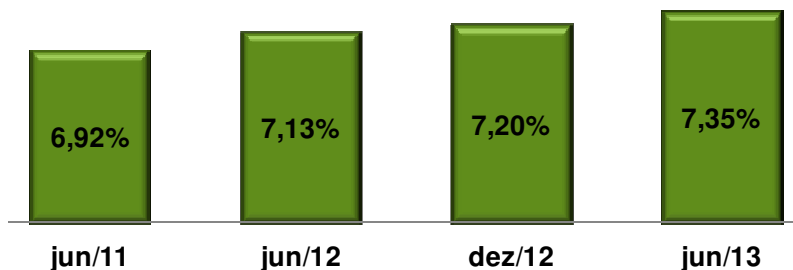


Obs.: Os indicadores acima não consideram os dias críticos, associados a situações de emergência, conforme definido pela resolução ANEEL no Prodinst (Procedimentos da Distribuição). Caso considerados, os indicadores DEC e FEC de 31/06/2011 seriam 13,89 e 6,94, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 30/06/2012 seriam 10,78 e 5,87, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 31/12/2012 seriam 12,98 e 6,64, respectivamente e os indicadores DEC e FEC de 31/06/2013 seriam 12,94 e 6,73, respectivamente.

^(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

12.2. Perdas de Distribuição

Perdas de Distribuição ^(*)



Obs.: 1 - O método de cálculo das perdas considerado é uma média móvel de 12 meses.

2 - O critério de cálculo das perdas é baseado na compra total de energia pela Elektro.

^(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Nota: Devido ao prazo de apuração do índice de Perdas de junho de 2013 ser posterior à divulgação das Demonstrações Financeiras, os dados apresentados são estimados.

Em junho de 2013 as perdas de distribuição apresentaram elevação quando comparadas a junho de 2011, junho de 2012 e dezembro de 2012, registrando índice de 7,35%, em função, principalmente, do menor crescimento do consumo de clientes conectados ao sistema elétrico em alta tensão, cujas perdas são sensivelmente mais baixas, comparativamente aos demais subgrupos conectados em baixa e média tensão, que tiveram crescimento bem mais significativo. A empresa definiu um plano de ação, já em curso, para redução das perdas comerciais até dezembro de 2013.

Adicionalmente, a partir do mês de setembro de 2012, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) passou a contabilizar as perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DITs) para as Distribuidoras de Energia Elétrica com base na Resolução Normativa da ANEEL nº 67/2004. Os resultados desta contabilização ainda não foram oficialmente divulgados, porém estima-se que o impacto desta alteração para Elektro seja de 2,0% até junho de 2013, Dessa forma, incluindo-se o efeito da contabilização de perdas nas DITs, o índice de perdas de junho de 2013 seria de 9,35%.

Mais informações sobre a Elektro no site www.elektro.com.br

Relações com Investidores

☎ (19) 2122-1487

✉ ri@elektro.com.br

Balancos patrimoniais
em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(em milhares de reais)

Ativo	Notas	30/06/2013	31/12/2012
Circulante		1.169.513	1.350.138
Caixa e equivalentes de caixa	6	432.092	583.148
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	7	517.455	630.692
Contas a receber CDE - Decreto nº 7.945/2013	4.2	87.280	-
Tributos a compensar	8	55.564	68.975
Caução de fundos e depósitos vinculados	9	35.970	27.885
Almoxarifado		7.879	8.241
Outros créditos		33.273	31.197
Não circulante		3.290.601	3.208.580
Parcelamentos de débitos e supridores	7	34.737	37.233
Tributos a compensar	8	50.959	43.275
Caução de fundos e depósitos vinculados	9	12.054	11.650
Depósitos judiciais	10	80.091	76.065
Tributos diferidos	28	871.084	856.024
Outros créditos		42.736	41.955
Ativo indenizável (concessão)	11.1	499.636	457.896
Imobilizado	12	13.170	15.632
Ativo intangível	11.2	1.686.134	1.668.850
Total do ativo		4.460.114	4.558.718

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Balanços patrimoniais
em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido	Notas	30/06/2013	31/12/2012
Circulante		967.618	1.160.377
Fornecedores e supridores de energia elétrica	13	473.438	425.090
Empréstimos e financiamentos	14	55.691	407.677
Debêntures	15	40.573	20.396
Antecipação Repasse CDE - Decreto nº 8.020/2013	4.3	52.257	-
Tributos a recolher	16	112.181	103.296
Encargos do consumidor		3.322	23.500
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	17	124.749	78.173
Provisões e encargos sobre folha de pagamento	18	45.595	46.523
Obrigações P&D e eficiência energética	19	12.533	11.701
Plano especial de aposentadoria	20.2	1.300	2.667
Outros passivos		45.979	41.354
Não circulante		1.524.391	1.461.969
Empréstimos e financiamentos	14	279.544	256.913
Debêntures	15	994.171	971.464
Obrigações P&D e eficiência energética	19	28.693	27.042
Plano especial de aposentadoria	20.2	8.247	8.719
Provisão para ações judiciais e regulatórias	21.1	199.778	186.674
Outros passivos		13.958	11.157
Patrimônio líquido		1.968.105	1.936.372
Capital social	23	952.492	952.492
Reservas de capital		765.882	765.882
Reservas de lucros		171.422	171.422
Lucros acumulados		78.309	-
Dividendos adicionais propostos		-	46.576
Total do passivo e patrimônio líquido		4.460.114	4.558.718

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Demonstração de resultados
para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2013 e de 2012
(em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2º Trimestre 2013	1º Semestre 2013	2º Trimestre 2012	1º Semestre 2012
Receitas operacionais líquidas	24	808.747	1.670.374	840.983	1.742.947
Custo do serviço de energia elétrica e operação		(578.258)	(1.295.991)	(611.233)	(1.180.070)
Energia comprada para revenda	25	(452.049)	(1.050.339)	(488.417)	(930.458)
Custos operacionais	26	(88.371)	(172.352)	(86.011)	(177.961)
Depreciação	12	(1.227)	(2.462)	(1.551)	(3.105)
Amortização de ativo intangível	11.2	(36.611)	(70.838)	(35.254)	(68.546)
Custo de construção	11.3	(76.258)	(137.062)	(70.324)	(122.084)
Lucro operacional bruto		154.231	237.321	159.426	440.793
Despesas operacionais	26	(44.979)	(85.788)	(42.028)	(90.038)
Despesas com vendas		(5.841)	(7.723)	(4.781)	(7.205)
Despesas gerais e administrativas		(14.987)	(26.998)	(13.093)	(27.697)
Outras despesas operacionais líquidas		(24.151)	(51.067)	(24.154)	(55.136)
Resultado do serviço		109.252	151.533	117.398	350.755
Resultado financeiro	27	(14.406)	(38.848)	(17.374)	(29.159)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		94.846	112.685	100.024	321.596
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	28	(32.446)	(40.405)	(33.169)	(110.033)
Lucro líquido do período		62.400	72.280	66.855	211.563
Lucro básico e diluído por ação (expresso em reais):					
Preferencial		0,34	0,39	0,39	1,20
Ordinária		0,31	0,35	0,35	1,09

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais

Demonstração do resultado abrangente
para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2013 e de 2012
(em milhares de reais)

	Notas	2º Trimestre 2013	1º Semestre 2013	2º Trimestre 2012	1º Semestre 2012
Lucro líquido do período		62.400	72.280	66.855	211.563
Outros resultados abrangentes do período		3.014	6.029	(570)	(53.053)
Perda na marcação a mercado do ativo indenizável	11.1	-	-	(3.165)	(84.986)
Tributo diferido sobre a marcação a mercado	28	-	-	1.076	28.895
Efeito do limite do ativo de benefício definido	20.1	4.568	9.136	2.301	4.602
Tributo diferido sobre ajustes atuariais	28	(1.554)	(3.107)	(782)	(1.564)
Resultado abrangente do período		65.414	78.309	66.285	158.510

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para o período findo em 30 de junho de 2013 e exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Pagamentos baseados em ações	Reservas de lucro/legal	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011		952.492	50.539	3.072	171.422	-	134.709	56.410	1.368.644
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	357.677	-	-	357.677
Outros resultados abrangentes:									
Perda na marcação a mercado do ativo indenizável, líquido		-	-	-	-	-	-	(48.755)	(48.755)
Reversão ao resultado das variações do ativo indenizável		-	-	-	-	-	-	(7.655)	(7.655)
Ganhos e perdas atuariais, líquidos		-	-	-	-	-	-	(15.630)	(15.630)
Reclassificação requerida parágrafo 93 b do CPC 33		-	-	-	-	(15.630)	-	15.630	-
Ágio incorporado controladora		-	689.440	-	-	-	-	-	689.440
Reserva acervo líquido incorporado EPC		-	25.903	-	-	-	-	-	25.903
Aprovação de dividendos propostos		-	-	-	-	-	(134.709)	-	(134.709)
Reconhecimento de pagamento baseado em ações		-	-	2.034	-	-	-	-	2.034
Reclassificação de pagamentos baseado em ações		-	-	(5.106)	-	-	-	-	(5.106)
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reserva legal		-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos e pagos parcialmente		-	-	-	-	(203.519)	-	-	(203.519)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(91.952)	-	-	(91.952)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(46.576)	46.576	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		952.492	765.882	-	171.422	-	46.576	-	1.936.372
Lucro líquido do período		-	-	-	-	72.280	-	-	72.280
Outros resultados abrangentes:									
Ganhos e perdas atuariais, líquidos		-	-	-	-	-	-	6.029	6.029
Reclassificação requerida parágrafo 120 c do CPC 33 (R1)		-	-	-	-	6.029	-	(6.029)	-
Aprovação de dividendos propostos		-	-	-	-	-	(46.576)	-	(46.576)
Saldos em 30 de junho de 2013		952.492	765.882	-	171.422	78.309	-	-	1.968.105

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Demonstração dos fluxos de caixa
para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2013 e de 2012
(em milhares de reais)

	Notas	2º Trimestre 2013	1º Semestre 2013	2º Trimestre 2012	1º Semestre 2012
Atividades operacionais					
Lucro líquido do período		62.400	72.280	66.855	211.563
Itens do lucro líquido que não afetam caixa					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	9.649	22.117	11.829	21.033
Juros e variações monetárias e cambial		32.804	69.840	29.066	59.125
Depreciação e amortizações	11.2 e 12	37.838	73.300	36.805	71.651
Ganho / (perda) na baixa de ativos intangíveis e financeiros indenizáveis		14.647	13.422	6.601	6.820
Plano de pensão	20.1	4.568	9.136	2.301	4.602
Plano especial de aposentadoria		858	1.169	556	1.884
Provisão para ações judiciais e regulatórias	21.1	7.974	17.876	12.614	21.632
Tributos diferidos	28	5.435	(18.167)	(11.615)	(7.786)
Programa de P&D e eficiência energética		7.318	15.239	8.423	17.244
Pagamentos baseados em ações	23	662	1.325	461	1.228
Variações no ativo e passivo operacional		67.431	67.434	(20.715)	(138.801)
Contas a receber		13.057	93.616	28.475	(35.297)
Almoxarifado - Ativo circulante		(27)	362	418	175
Tributos a compensar	8	(7.347)	5.727	(5.133)	(9.635)
Contas a receber CDE - Decreto nº 7.945/2013	4.2	11.617	(87.280)	-	-
Outros créditos		7.107	(4.187)	12.248	18.630
Juros pagos (empréstimos, debêntures e arrend. mercantil)		4.338	(13.167)	(23.165)	(53.418)
Fornecedores e supridores de energia elétrica e encargos do consumidor	13	(36.746)	28.170	(15)	(17.944)
Antecipação Repasse CDE - Decreto nº 8.020/2013		52.257	52.257	-	-
Tributos a recolher	16	26.446	51.684	33.746	120.491
Imposto de renda e contribuição social pagos	16	(13.083)	(42.799)	(61.033)	(122.547)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	21.1	(2.255)	(4.772)	(1.243)	(2.669)
Plano especial de aposentadoria		(1.451)	(3.008)	(2.775)	(5.036)
Programa de P&D e eficiência energética		(5.567)	(14.124)	(8.342)	(15.805)
Outros passivos		19.085	4.955	6.104	(15.746)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		251.584	344.971	143.181	270.195
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento					
Adições ao ativo intangível, ativo indenizável e o imobilizado	11.1 e 11.2	(76.258)	(137.062)	(70.324)	(122.084)
Valor pago na baixa do ativo intangível, ativo indenizável e imobilizado		(8.028)	(271)	(5.609)	(3.939)
Caução de fundos e depósitos vinculados		(31.104)	(7.317)	(14.753)	(22.639)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(381.168)	(351.377)	(109.447)	(129.701)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		-	-	(134.708)	(195.595)
Amortização de empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil (principal)		(399.122)	(407.091)	(7.575)	(14.983)
Captação de empréstimos		17.954	55.714	14.601	62.642
Saldo de caixa incorporado		-	-	18.235	18.235
Variação de caixa e equivalentes de caixa		(244.974)	(151.056)	(56.952)	(8.168)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	6	677.066	583.148	334.272	285.488
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	6	432.092	432.092	277.320	277.320
Variação de caixa e equivalentes de caixa		(244.974)	(151.056)	(56.952)	(8.168)

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Demonstração do valor adicionado
para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2013 e de 2012
(em milhares de reais)

	Notas	2º Trimestre 2013	1º Semestre 2013	2º Trimestre 2012	1º Semestre 2012
Receitas		1.115.645	2.306.310	1.304.877	2.666.433
Vendas de energia e serviços	24	1.044.365	2.179.931	1.242.808	2.558.141
Receita de construção	24	76.258	137.062	70.324	122.084
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida		(5.676)	(12.627)	(9.430)	(16.075)
Outras receitas		698	1.944	1.175	2.283
Insumos adquiridos de terceiros		(644.835)	(1.427.922)	(676.331)	(1.292.277)
Energia comprada bruta	25	(496.696)	(1.154.679)	(537.998)	(1.025.096)
Materiais	26	(8.187)	(16.485)	(8.313)	(16.242)
Serviço de terceiros	26	(26.087)	(47.229)	(25.906)	(53.826)
Custo de construção	11.3	(76.258)	(137.062)	(70.324)	(122.084)
Outros custos operacionais		(37.607)	(72.467)	(33.790)	(75.029)
Valor adicionado bruto		470.810	878.388	628.546	1.374.156
Depreciação e amortização		(37.838)	(73.300)	(36.805)	(71.651)
Valor adicionado líquido		432.972	805.088	591.741	1.302.505
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	27	27.364	58.124	18.926	45.540
Valor adicionado a distribuir		460.336	863.212	610.667	1.348.045
Distribuição do valor adicionado		460.336	863.212	610.667	1.348.045
Pessoal		53.470	105.550	49.264	102.885
Impostos, taxas e contribuições		291.170	553.062	346.485	735.735
Federais		110.714	166.722	123.726	284.091
Estaduais		180.381	386.203	222.705	451.503
Municipais		75	137	54	141
Encargos setoriais e outros		11.552	35.422	111.786	223.509
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais	27	41.744	96.898	36.277	74.353
Lucros retidos		62.400	72.280	66.855	211.563

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2013
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A COMPANHIA, SUAS OPERAÇÕES E A CONCESSÃO

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A., denominada a seguir como “Elektro” ou “Companhia”, cuja sede localiza-se à Rua Ary Antenor de Souza, 321 no município de Campinas, Estado de São Paulo, é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os seus negócios, incluindo os serviços prestados e as tarifas cobradas, são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Em 27 de agosto de 1998, foi celebrado o Contrato de Concessão de Distribuição nº 187/98, entre a União (Poder Concedente, por intermédio da ANEEL) e a Elektro, regulando a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, na área de concessão compreendida por 228 municípios, sendo 223 no Estado de São Paulo e 5 no Estado do Mato Grosso do Sul. O prazo de vigência é de 30 anos e pode ser prorrogado por, no máximo 30 anos, por requerimento da concessionária e a critério da ANEEL. As principais obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão, consistem em fornecer energia elétrica a consumidores de sua área de concessão, realizar as obras necessárias à prestação dos serviços, e manter inventário dos bens vinculados à concessão. É vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador. Ao final da concessão, esses bens serão revertidos automaticamente ao Poder Concedente, procedendo-se às avaliações e determinação do valor de indenização à concessionária (vide nota 11.1).

O preço dos serviços prestados aos consumidores é regulado e tem a seguinte composição: Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital - remuneração do investimento e quota de reintegração regulatória). Os mecanismos de reajuste são o reajuste tarifário anual e revisão tarifária.

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia de capital aberto e tem suas ações (0,32% do capital total) negociadas na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As Informações Trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e pronunciamentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e estão sendo apresentadas em consonância com o CPC 21(R1) – Demonstrações Intermediárias, emitido pelo CPC, e com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitido pelo IASB.

A Companhia adotou no preparo das Informações Trimestrais todas as normas, revisões de normas, pronunciamentos técnicos, interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pela CVM e CPC, os quais são consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012. Essas Informações Trimestrais devem ser analisadas em conjunto com aquelas Demonstrações Financeiras, para melhor compreensão das informações apresentadas.

As normas e pronunciamentos emitidos e revisados que entraram em vigor em 2013 também foram analisados e trouxeram impactos para estas informações trimestrais, vide nota 3 e 20.1. Outras normas e pronunciamentos emitidos e revisados, que têm aplicação obrigatória futura, serão analisados oportunamente.

A emissão dessas Informações Trimestrais foi autorizada pela Administração em 17 de julho de 2013.

3. APLICAÇÃO RETROSPECTIVA CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados

Em dezembro de 2012 foi aprovado o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), cujas principais mudanças que impactaram a Companhia estão relacionadas ao cálculo dos rendimentos esperados dos ativos, que a partir de agora deve utilizar a mesma taxa utilizada para o desconto da obrigação atuarial, e a aplicação dessa mesma taxa de juros sobre o limite de reconhecimento do ativo (“asset ceiling”). Como trata-se de mudança de política contábil, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a aplicação deve ocorrer de forma retrospectiva.

Adicionalmente, no que se refere a política contábil de reconhecimento dos componentes de custo de benefício definido, a Companhia registra (i) o custo do serviço no resultado, (ii) os juros líquidos sobre o valor líquido do passivo menos o ativo de benefício definido no resultado e (iii) remensurações do valor líquido de passivo menos o ativo de benefício definido em outros resultados abrangentes, conforme parágrafo 120 do CPC 33 (R1).

De acordo com o parágrafo 22 do CPC 23, quando uma mudança na política contábil é aplicada retrospectivamente, a Companhia deverá ajustar o saldo de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado e os demais montantes comparativos divulgados para cada período anterior apresentado, como se a nova política contábil tivesse sempre sido aplicada.

Os efeitos desta mudança na política contábil sobre os saldos anteriormente divulgados de 30 de junho de 2012 estão abaixo apresentados:

Conciliação da Demonstração de resultados	Divulgado		Reapresentado		Divulgado		Reapresentado	
	2º trimestre	Ajuste	2º trimestre	1º semestre	Ajuste	1º semestre	1º semestre	
Custo do serviço de energia e operação	(603.595)	(7.638)	(611.233)	(1.164.795)	(15.275)	(1.180.070)		
Custos operacionais	(78.373)	(7.638)	(86.011)	(162.686)	(15.275)	(177.961)		
Lucro operacional bruto	167.064	(7.638)	159.426	456.068	(15.275)	440.793		
Resultado do serviço	125.036	(7.638)	117.398	366.030	(15.275)	350.755		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	107.662	(7.638)	100.024	336.871	(15.275)	321.596		
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(35.766)	2.597	(33.169)	(115.227)	5.194	(110.033)		
Lucro líquido do período	71.896	(5.041)	66.855	221.644	(10.081)	211.563		
Conciliação da Demonstração do resultado abrangente	Divulgado	Ajuste	Reapresentado	Divulgado	Ajuste	Reapresentado		
	2º trimestre		2º trimestre	1º semestre		1º semestre		
Lucro líquido do período	71.896	(5.041)	66.855	221.644	(10.081)	211.563		
Efeito do limite do ativo de benefício definido	(5.337)	7.638	2.301	(10.673)	15.275	4.602		
Tributo diferido sobre ajustes atuariais	1.815	(2.597)	(782)	3.630	(5.194)	(1.564)		
Resultado abrangente do período	66.285	-	66.285	158.510	-	158.510		
Conciliação Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Divulgado	Ajuste	Reapresentado					
	1º semestre		1º semestre					
Lucro líquido do exercício	221.644	(10.081)	211.563					
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	(7.043)	10.081	3.038					
Saldos em 30 de junho de 2012	2.109.017	-	2.109.017					
Conciliação Demonstração dos fluxos de caixa	Divulgado	Ajuste	Reapresentado	Divulgado	Ajuste	Reapresentado		
	2º trimestre		2º trimestre	1º semestre		1º semestre		
Atividades operacionais								
Lucro líquido do período	71.896	(5.041)	66.855	221.644	(10.081)	211.563		
Itens do lucro líquido que não afetam caixa	92.000	5.041	97.041	187.353	10.080	197.433		
Plano de pensão	(5.337)	7.638	2.301	(10.673)	15.275	4.602		
Tributos diferidos	(9.018)	(2.597)	(11.615)	(2.592)	(5.194)	(7.786)		
Conciliação Demonstração do valor adicionado	Divulgado	Ajuste	Reapresentado	Divulgado	Ajuste	Reapresentado		
	2º trimestre		2º trimestre	1º semestre		1º semestre		
Distribuição do valor adicionado								
Pessoal	41.626	7.638	49.264	87.610	15.275	102.885		
Impostos Federais	126.323	(2.597)	123.726	289.285	(5.194)	284.091		
Lucros retidos	71.896	(5.041)	66.855	221.645	(10.082)	211.563		

Não houve efeitos no balanço patrimonial em função de a Companhia não ter reconhecido o superávit atuarial, por conta do “asset ceiling” (vide maiores detalhes na nota 20.1).

4. ALTERAÇÕES E ATUALIZAÇÕES NA LEGISLAÇÃO REGULATÓRIA

4.1 Medida Provisória nº 579/12 e Lei nº 12.783/13

O Governo Federal oficializou, por meio da Medida Provisória nº 579/2012, assinada em 11 de setembro de 2012 e convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, a redução nos encargos de energia elétrica e as regras para renovação das concessões de Geração, Transmissão e Distribuição vincendas entre 2015 e 2017. Esta Lei permitiu àqueles concessionários a possibilidade de prorrogar suas concessões pela antecipação dos contratos mediante condições específicas previamente estabelecidas.

Para as concessões de Geração e Transmissão, a condição imposta pelo Governo é que ativos não amortizados e não depreciados serão indenizados tendo por base o denominado Valor Novo de Reposição (VNR), e as tarifas a partir de então contemplarão os custos de Operação e Manutenção (O&M) desses ativos, considerando uma margem operacional proporcional à eficiência do ativo versus a média setorial, além dos encargos setoriais. Para as concessionárias de Distribuição também haverá condições específicas a serem estabelecidas pela ANEEL em contrato de concessão ou termo aditivo. Adicionalmente, a Lei extingue a arrecadação da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e RGR (Reserva Global de Reversão), além de reduzir a arrecadação da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) em 75%. No intuito de contemplar estas reduções nas tarifas de todas as concessionárias, a ANEEL realizou Revisões Tarifárias Extraordinárias. No caso da Elektro ocorreu em 24 de janeiro de 2013, quando as tarifas foram reduzidas em 20,34% em média, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 1.435/13, porém sem efeito na Margem Operacional, já que houve a redução dos custos com os encargos mencionados.

Algumas usinas não renovaram suas concessões nos moldes da Lei 12.783/13, o que gerou um efeito adverso para as distribuidoras de energia elétrica. O montante de contratos disponíveis das usinas renovadas foi distribuído em cotas para as distribuidoras, no entanto, aquelas usinas que não renovaram suas concessões, não foram cotizadas, o que gerou falta de contratos no mercado. Adicionalmente, houve a rescisão de contratos do 6º e 7º leilões de Energia Nova devido à revogação da autorização das usinas pela ANEEL. Desta forma, a insuficiência de contratos fez com que as distribuidoras tivessem que comprar essa energia no mercado de curto prazo, gerando custos elevados na compra de energia, que estão impactando significativamente o resultado da Elektro. Entretanto, como se tratam de custos não gerenciáveis, serão repassados às tarifas nos próximos reajustes tarifários.

4.2 Decreto nº 7.945/13

As distribuidoras de energia elétrica tem sofrido com significativa pressão sobre o resultado e caixa desde o final de 2012, em decorrência da elevação dos custos de compra de energia, pelos motivos citados anteriormente, adicionado ao elevado custo da energia térmica, após o despacho das usinas térmicas que estavam direcionados para o patamar máximo até abril de 2013, devido as condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o último trimestre de 2012. Os níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas atingiram os menores patamares desde 2001, época do racionamento de energia. Dentre outros fatores responsáveis pelo aumento do custo de energia destaca-se ainda o início da contabilização pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) das perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DITs) para algumas Distribuidoras de Energia Elétrica, dentre as quais a Elektro, desde setembro de 2012.

Devido a este cenário e considerando que as concessionárias de Distribuição não têm gerência sobre esses custos, o governo brasileiro emitiu em 8 de março de 2013, o Decreto nº 7.945, que determina o repasse de recursos da CDE para as distribuidoras, com a intenção de neutralizar parte dos problemas de caixa e resultado. A contabilização dos recursos cobertos por esse repasse de CDE no resultado da Companhia, como redutora do grupo “Energia comprada para revenda”, totalizou R\$ 264.793 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, sendo que R\$ 177.513, referentes ao período de janeiro a abril de 2013, já foram efetivamente recebidos, e o restante permanece contabilizado como “Contas a receber CDE - Decreto nº 7.945/2013”.

Conforme CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, esse montante foi reconhecido como uma compensação de custos incorridos, e contabilizado na rubrica “Contas a receber CDE – Decreto nº 7.945/2013” em contrapartida á conta de resultado “Energia comprada para revenda”.

4.3 Medida Provisória 605 e Decretos nº 7.891/13 e 8.020/2013

Em 23 de janeiro de 2013 o governo oficializou a Medida Provisória 605, cujo conteúdo foi posteriormente reeditado na Medida Provisória 609, regulamentada pelo Decreto nº 7.891/2013, que orientou a utilização dos recursos da CDE para compensar os descontos aplicados nas tarifas praticadas para algumas classes de consumidores. e o efeito da não adesão de algumas geradoras à prorrogação de concessões. De acordo com a Resolução ANEEL nº 1.435/13, o valor a ser repassado mensalmente para a Elektro para custeio dos descontos tarifários é de R\$ 10.451, a partir da data de publicação da Resolução. Em 29 de maio de 2013, a Presidência da República publicou o Decreto nº 8.020, concedendo repasse antecipado de sete meses referente a esses recursos, considerando o período de maio a novembro de 2013, o que contribuiu para a redução das pressões de caixa das companhias do setor. Assim, em 7 de junho de 2013 foram repassados R\$ 73.160, dos quais R\$ 20.903, referente aos meses de maio e junho, foram registrados no resultado e R\$ 52.257, referente aos meses de julho a novembro, foram registrados no passivo como Antecipação de Repasse, e serão reconhecidos no resultado de acordo com o mês de competência dos subsídios posteriores.

O conteúdo da Medida Provisória nº 605, cuja vigência expiraria em 29 de maio de 2013, foi incluído na Medida Provisória nº 609, que trata da desoneração da cesta básica e que seria, então, encaminhada para votação. Em 1º de julho de 2013 a Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória nº 609 e convertida na Lei nº 12.839 de 9 de julho de 2013.

5. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Vide as principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na nota 3 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O montante de R\$ 432.092 em 30 de junho de 2013 (R\$ 583.148 em 31 de dezembro de 2012) refere-se a saldos em conta corrente e aplicações financeiras. Os produtos bancários utilizados são vinculados a títulos de renda fixa (Certificados de Depósitos Bancários - CDB e debêntures com compromisso de recompra), com taxas pós-fixadas, indexados à variação diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 30 de junho de 2013 a variação média estava em 101,01% do CDI. Essas aplicações apresentam alta liquidez e podem ser resgatadas a qualquer momento, e não possuem risco significativo de perda de valor.

A Elektro possui uma política de Tesouraria na qual são estabelecidos os critérios de aplicação dos recursos disponíveis no caixa da Companhia, sendo os principais: (i) o *rating* de crédito mínimo que as Instituições Financeiras devem ter com pelo menos uma das Agências de Classificação de Risco (Standard & Poor's, Moody's ou Fitch Rating) e (ii) os limites máximos de exposição com cada instituição.

No dia 17 de junho de 2013, a agência de classificação de riscos Standard & Poor's (S&P) reafirmou o *rating* de crédito corporativo da Elektro em brAAA, o melhor *rating* na escala nacional Brasil de risco de crédito. Esta classificação tem sido mantida por três anos consecutivos, desde 1º de julho de 2010.

7. CONTAS A RECEBER – CONSUMIDORES, PARCELAMENTOS DE DÉBITOS E SUPRIDORES

	30/06/2013				31/12/2012			
	A Vencer	até 90 dias Vencidos	(+) 90 dias Vencidos	Total	A Vencer	até 90 dias Vencidos	(+) 90 dias Vencidos	Total
Fornecimento	184.533	127.134	29.074	340.741	205.433	131.410	26.992	363.835
Outras contas a receber	235.763	3.913	16.178	255.854	331.655	4.630	15.796	352.081
Parcelamentos de débitos	39.820	3.913	16.178	59.911	46.451	4.630	15.796	66.877
Receita não faturada	182.930	-	-	182.930	262.238	-	-	262.238
Supridores	24.667	-	-	24.667	24.114	-	-	24.114
Outros	(11.654)	-	-	(11.654)	(1.148)	-	-	(1.148)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(12.226)	-	(32.177)	(44.403)	(12.474)	(3.731)	(31.786)	(47.991)
Total	408.070	131.047	13.075	552.192	524.614	132.309	11.002	667.925
Circulante	373.333	131.047	13.075	517.455	487.381	132.309	11.002	630.692
Não circulante	34.737	-	-	34.737	37.233	-	-	37.233

O prazo médio em 30 de junho de 2013 para recebimento das contas de energia de clientes finais vencidas e a vencer era de 39 dias. A Administração da Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para valores acima de 90 dias, de acordo com critérios estabelecidos pelo regulador e que estejam de acordo com as normas contábeis. Adicionalmente, a Companhia realiza análises individuais de acordo com o histórico de inadimplemento de clientes considerados críticos, podendo, de forma conservadora, provisionar valores a vencer e/ou vencidos em prazo menor que 90 dias.

Do montante de R\$ 24.667 classificado como Supridores (R\$ 24.114 em 31 de dezembro de 2012), R\$ 19.004 referem-se a transações no âmbito da CCEE no período do racionamento de energia elétrica, entre 2000 e 2002, e contemplam: (i) R\$ 14.995 referentes a liminares interpostas junto à CCEE por agentes do setor; e (ii) R\$ 4.009 referentes a acordos bilaterais em negociação, e estão registrados no ativo não circulante. De acordo com o parecer emitido por seus assessores jurídicos, a Companhia não espera incorrer em perdas na realização desses valores.

Sobre as faturas atrasadas incidem juros de 1% ao mês, além de multa de 2% e atualização monetária pelo IGP-M.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2012	Adições	Recuperação da Receita	Baixas Incobráveis	30/06/2013
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	47.991	27.738	(5.621)	(25.705)	44.403

8. TRIBUTOS A COMPENSAR

	30/06/2013	31/12/2012
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	27.744	37.216
Impostos e contribuições retidos na fonte	34	140
ICMS a recuperar	78.745	74.894
Total	106.523	112.250
Ativo circulante	55.564	68.975
Ativo não circulante	50.959	43.275

O saldo de ICMS a recuperar refere-se, a créditos na compra de bens para uso na concessão, cuja compensação ocorre no máximo em 48 meses de acordo com a legislação específica desse tributo.

9. CAUÇÃO DE FUNDOS E DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 30 de junho de 2013 o saldo era R\$ 35.970 e R\$ 12.054 (R\$ 27.885 e R\$ 11.650 em 31 de dezembro de 2012), respectivamente nos ativos circulante e não circulante. Tais aplicações caucionadas estavam atreladas a instrumentos de renda fixa (pós-fixados), indexados à variação média de 83,91% do CDI. Esses instrumentos apresentam liquidez diária, não estão sujeitos a risco significativo de perda de valor, e estão caucionados pelos seguintes motivos: (i) garantir valores liberados através dos contratos de empréstimos da Eletrobrás (Luz Para Todos), que são liberados após comprovação dos investimentos; (ii) garantir participação em leilões de compra de energia em curto e longo prazo; e (iii) garantir programas de treinamento aos colaboradores conforme Acordo Coletivo de Trabalho.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Dos R\$ 80.091 (R\$ 76.065 em 31 de dezembro de 2012) registrados nessa rubrica, o montante de R\$ 32.400 em 30 de junho de 2013 (R\$ 31.841 em 31 de dezembro de 2012) refere-se ao valor atualizado do depósito judicial de R\$ 24.906, efetuado em 29 de outubro de 2004, em virtude da ação que questiona o recolhimento da COFINS nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91 e Lei nº 9.178/98, considerando a incidência somente sobre o faturamento, excetuando-se as receitas financeiras de qualquer natureza.

Em 2 de maio de 2011, a referida ação transitou em julgado em favor da Companhia, motivo pelo qual fora requerido ao Juízo o levantamento do montante integral depositado. Ao apreciar a petição o Juiz determinou a manifestação da Fazenda Pública, que se manifestou alegando que o depósito judicial efetuado nos autos não teria abrangido o montante integral do débito. Com isso, a Fazenda concordou apenas com o levantamento parcial em 25 de maio de 2012 no montante de R\$ 16.680, restando, portanto a quantia depositada de R\$ 32.400. Em relação ao montante depositado, a Elektro se manifestou contrária à decisão do Juiz, demonstrando, por meio de cálculo, que o montante deveria ser levantado integralmente. Diante das alegações da Elektro, os autos foram remetidos pelo Juiz à contadoria judicial, para que dê seu parecer acerca do levantamento da quantia remanescente.

Com a incorporação da empresa EPC pela Elektro em 2012, os direitos e as obrigações da incorporada passaram a ser de responsabilidade exclusiva da Elektro. O valor incorporado referente a depósitos judiciais da EPC totalizava à época, R\$ 28.823. Em 30 de junho de 2013 o valor atualizado é de R\$ 27.280 e refere-se ao processo descrito nas notas de contingências. Esse depósito é suficiente para garantia integral das provisões incorporadas.

Os demais depósitos judiciais no montante de R\$ 20.411 em 30 de junho de 2013, (R\$ 17.871 em 31 de dezembro de 2012) referem-se a diversos processos Trabalhistas, Cíveis e Tributários.

11. CONTRATO DE CONCESSÃO

11.1. Ativo Indenizável (Concessão)

Desde a adoção das normas internacionais de contabilidade em 2010, a Administração entendeu, que a melhor estimativa para cálculo da indenização a ser paga pelo poder concedente ao término do contrato de concessão seria utilizar a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR). Esta metodologia é atualmente adotada pelo regulador para fins de determinação da Base de Remuneração Regulatória (BRR) e da conseqüente remuneração do acionista, no momento das revisões tarifárias periódicas. Esta também foi a regra adotada para indenização dos ativos de Transmissão e Geração definida pela Lei nº 12.783/13. Desta maneira, o valor justo do ativo financeiro a ser recebido do poder concedente ao final da concessão foi determinado pela Companhia utilizando o valor residual da BRR, ao final do prazo contratual da concessão.

Em 5 de março de 2012, a Elektro tomou conhecimento, por meio do Ofício nº 209/2012 – SFF/ANEEL dos valores que seriam considerados na BRR do 3º Ciclo de Revisão Tarifária. A Companhia recalculou o valor do ativo financeiro com base na nova BRR, que tinha data de corte definida pela ANEEL para fevereiro de 2011. Essa nova BRR, gerou um ajuste negativo no ativo financeiro de R\$ 81.788, contabilizado em 2012. O ativo financeiro está atualizado pelo valor residual da BRR do 3º Ciclo devidamente movimentada por adições, atualizações, baixas e depreciações.

Este ativo financeiro está classificado como um ativo disponível para venda, pois a Administração entende que esta classificação é a mais adequada, já que o valor da indenização a ser recebido ao término da concessão não é fixo, embora seja estimável. Durante o exercício de 2012, a Companhia vinha registrando todas as alterações de valor justo desse ativo financeiro como Outros Resultados Abrangentes, pois não era consenso o entendimento de que essas alterações afetavam o fluxo de caixa futuro. Entretanto, o parágrafo AG8 do CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, estabelece que uma entidade deva, ao revisar suas estimativas de recebimentos, ajustar o custo amortizado do instrumento de forma a refletir os fluxos de caixa estimados atualizados, reconhecendo esta variação no resultado do exercício. Foi corroborado pela lei nº 12783/13, que variações no ativo financeiro vinculado à concessão por conta das revisões tarifárias resultam em variações no fluxo de caixa estimado desse ativo ao final do período da concessão. A Companhia aplicou essa mudança de entendimento prospectivamente às suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, por entender que a aplicação prospectiva desse conceito não traz distorções relevantes às demonstrações financeiras e informações trimestrais, quando comparado à aplicação retrospectiva de acordo com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Desta forma, no quarto trimestre de 2012 a Companhia reverteu para o resultado do exercício de 2012 o saldo de Outros Resultados Abrangentes, no montante de R\$ 7.655. Em 31 de junho de 2013, a marcação a mercado do ativo financeiro, R\$ 5.951, está contabilizada no resultado financeiro.

Visando sempre a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando, dentre outros fatores, a atualização pelo IGP-M, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

As obrigações especiais representam doações, subvenções e recursos pagos por terceiros para investimentos e cobertura dos custos de conexão à rede de distribuição de energia. Esses recursos não são exigíveis ao longo da concessão. O saldo das obrigações especiais, ao final da concessão, será deduzido do valor da indenização e, portanto, é redutor do ativo financeiro. A BRR residual, utilizada para determinação do valor justo do ativo financeiro, está líquida do valor reavaliado das obrigações especiais. A parcela das obrigações especiais a ser amortizada no período da concessão é classificada como redutora do ativo intangível. A taxa de amortização é definida pela ANEEL no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

A mutação do ativo financeiro indenizável é compreendida por:

	Custo	Obrigações especiais	Valor justo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	288.519	(22.217)	85.471	351.773
Transferências de ativo intangível	96.693	-	-	96.693
Efeito na mudança da taxa de amortização	141.078	(49.455)	-	91.623
Adições	-	(182)	-	(182)
Ajustes ao valor justo (ajuste de avaliação patrimonial)	-	-	7.916	7.916
Atualização pela BRR 3º ciclo	-	-	(81.788)	(81.788)
Baixas	(8.139)	-	-	(8.139)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	518.151	(71.854)	11.599	457.896
Transferências de ativo intangível	36.027	-	-	36.027
Adições	-	(238)	-	(238)
Ajustes ao valor justo	-	-	5.951	5.951
Saldo em 30 de junho de 2013	554.178	(72.092)	17.550	499.636

O ativo financeiro relacionado à concessão é remunerado pelo custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, no valor de 7,50% ao ano (11,36% antes dos impostos), presente na atual tarifa da Companhia. Esta receita já é contabilizada mensalmente (vide nota 24), e por este motivo, o ativo financeiro já se encontra a valores atualizados.

11.2. Ativo Intangível

O direito de cobrar dos consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato de concessão, representado pelo ativo intangível, de vida útil definida, será completamente amortizado dentro do prazo da concessão, de acordo com o CPC 04 – Ativo Intangível. Este ativo intangível é avaliado ao custo de

aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados, deduzido da amortização acumulada que é calculada utilizando-se as taxas de depreciação definidas pela ANEEL para depreciação da infraestrutura.

Houve redução de R\$ 36.027 referente às transferências do primeiro semestre de 2013 por ativos energizados, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do ICPC 01/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

O valor de encargos de dívidas capitalizados à infraestrutura, de acordo com o CPC 20 – Custos de Empréstimos, foi de R\$ 7.049 em 30 de junho de 2013 (R\$ 13.750 em 31 de dezembro de 2012).

A mutação do direito de uso da concessão é assim apresentada:

	Em Serviço			Em Formação			Total
	Custo	Obrigações especiais	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.859.042	(372.086)	(52.522)	1.434.434	290.014	(8.423)	1.716.025
Adições	-	(565)	-	(565)	325.740	(38.076)	287.664
Baixas	124.022	-	(135.690)	(11.668)	-	-	(11.668)
Amortização	-	-	(134.290)	(134.290)	-	-	(134.290)
Transferências para o ativo financeiro	209.238	1.669	(123)	210.784	(306.003)	(1.474)	(96.693)
Mudança na taxa de amortização	(141.078)	49.455	-	(91.623)	-	-	(91.623)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.051.224	(321.527)	(322.625)	1.407.072	309.751	(47.973)	1.668.850
Adições	-	(364)	-	(364)	155.355	(17.691)	137.664
Baixas	(14.829)	-	1.678	(13.151)	-	-	(13.151)
Amortização	-	-	(70.838)	(70.838)	-	-	(70.838)
Transferências para o ativo financeiro	67.994	-	-	67.994	(104.021)	-	(36.027)
Saldo em 30 de junho de 2013	2.104.389	(321.891)	(391.785)	1.390.713	361.085	(65.664)	1.686.134

11.3. Receita e Custo de Construção

A ICPC 01 também estabelece que o concessionário registre e mensure a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. Em atendimento ao CPC 17, a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria, sob a modalidade de contratação “custo mais margem” (*cost plus*), na qual a concessionária é reembolsada por custos incorridos, acrescido de percentual sobre tais custos. Entretanto, no negócio de distribuição no Brasil, não há margem nos serviços de construção. Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, considerando que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na BRR.

12. IMOBILIZADO

Os ativos imobilizados adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil financeiro e não vinculados à concessão apresentam saldos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 conforme mutação abaixo.

	31/12/2012	Depreciação	30/06/2013
Arrendamento mercantil em serviço			
Administração Central	11.266	(898)	10.368
Edif, obras civis e benf. - Arrendamento mercantil	16.529	-	16.529
(-) Depreciação acumulada	(5.263)	(898)	(6.161)
	478	(474)	4
Veículos - Arrendamento mercantil	4.933	-	4.933
(-) Depreciação acumulada	(4.455)	(474)	(4.929)
	3.888	(1.090)	2.798
Móveis e utensílios - Arrendamento mercantil	10.779	-	10.779
(-) Depreciação acumulada	(6.891)	(1.090)	(7.981)
Total	15.632	(2.462)	13.170

13. FORNECEDORES E SUPRIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

	30/06/2013	31/12/2012
Moeda nacional	428.917	379.584
Supridores de energia elétrica	311.421	296.442
Encargos de serviço de sistema - ESS	71.895	14.522
Fornecedores de materiais e serviços	45.601	68.620
Moeda estrangeira	44.521	45.506
Supridores de energia elétrica - Itaipu	44.521	45.506
Total	473.438	425.090

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	30/06/2013	31/12/2012	Condições Gerais	Vencimento	Garantias
Moeda Nacional	335.235	299.263			
BNDES					
Finame SE 2011	5.409	5.761	5,50%	Início 15/02/2013 até 15/01/2021	Instrumento de Cessão Fidejuciária de Direitos Creditórios
Finem CAPEX 2011/2012	163.320	127.189	de TJLP a TJLP + 3,03%	Início 15/06/2013 até 15/12/2019	
Custos com emissão - BNDES	(281)	(316)			
Eletrobrás					
Eletrobrás - Luz para Todos ⁽¹⁾	93.001	102.178	RGR + 5,0% a.a. ⁽²⁾	Início: 30/11/2006 até 31/12/2022	
Finep - 1º Ciclo	6.931	9.490	TJLP + 0,94% a.a	Início: 15/10/2010 até 15/10/2014	
Finep - 2º Ciclo	31.342	34.952	4,25% a.a.	Início: 15/04/2011 até 15/12/2017	Carta de Fiança
Finep - 3º Ciclo	3.817	3.816	5,0% a.a.	Início: 15/12/2013 até 15/01/2020	
Finep - 4º Ciclo	17.990	-	5,0% a.a.	Início: 15/03/2015 até 15/03/2021	
Arrendamento mercantil	13.706	16.193	de 10% a 18% a.a.	A partir de 2013 ⁽³⁾	
Moeda Estrangeira (*)	-	365.327			
Cédula de Crédito Bancário 4131 BNP	-	228.325	US\$ + 2,45% ⁽⁴⁾	09/04/2013	
Swap Céd. Créd Bancário 4131 BNP	-	(45.738)	US\$ + 2,8824% ⁽⁴⁾	09/04/2013	
Cédula de Crédito Bancário 4131 Itaipu	-	38.084	US\$ + 2,975% ⁽⁵⁾	09/04/2013	
Swap Céd. Créd Bancário 4131 Itaipu	-	(7.623)	US\$ + 3,50% ⁽⁵⁾	09/04/2013	
Cédula de Crédito Bancário 4131 HSBC	-	190.155	US\$ + 2,25% ⁽⁶⁾	09/04/2013	
Swap Céd. Créd Bancário 4131 HSBC	-	(37.876)	US\$ + 3,60% ⁽⁶⁾	09/04/2013	
Total	335.235	664.590			
Circulante	55.691	407.677			
Não circulante	279.544	256.913			

⁽¹⁾ O projeto Luz para Todos está relacionado a sete contratos de financiamento.

⁽²⁾ Reserva Global de Reversão - RGR é indexada à variação da UFIR, que tem se mantido constante.

⁽³⁾ Os prazos de amortização do arrendamento mercantil estão considerados no parágrafo abaixo.

⁽⁴⁾ Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de 100,2% do CDI.

⁽⁵⁾ Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de 104,0% do CDI.

⁽⁶⁾ Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de 103,5% do CDI.

Em 9 de abril de 2013 a Elektro liquidou, no vencimento da operação, os empréstimos em moeda estrangeira na modalidade 4131, juntamente com as operações de *Swap* a eles vinculados, e que tinham como objetivo mitigar 100% do risco de variação cambial em moeda estrangeira da respectiva captação.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo em 30 de junho de 2013 ocorrerão da seguinte forma: R\$ 27.076 em 2014, R\$ 53.183 em 2015, R\$ 52.985 em 2016, R\$ 51.902 em 2017 e R\$ 83.828 após 2017.

Os pagamentos futuros de longo prazo relativos apenas aos contratos de arrendamento mercantil acima acontecerão nos valores de R\$ 1.002 em 2014, R\$ 1.847 em 2015, R\$ 1.762 em 2016, R\$ 1.928 em 2017 e R\$ 4.031 após 2017.

Condições Restritivas

BNDES (FINEM): conforme cláusula décima segunda, inciso XII do contrato de financiamento.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia cumpriu todas as condições restritivas e não há itens que façam parte da infraestrutura da concessão, oferecidos como garantias de empréstimos e financiamentos.

Arrendamento mercantil operacional

De acordo com o CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, a Companhia efetuou uma análise dos contratos classificados como arrendamento mercantil operacional, dentre eles os contratos de aluguel de equipamentos, imóveis, veículos e outros.

A Companhia realizou a contabilização no ativo imobilizado, em contrapartida ao passivo, de arrendamento mercantil dos bens vinculados aos contratos de arrendamento mercantil que foram considerados como financeiros, em virtude da transferência de riscos e benefícios sobre referidos bens para a Companhia. Os contratos relativos a imóveis apresentam cláusulas de renovação e de reajuste conforme inflação do período. Cláusulas restritivas e pagamentos contingenciais não foram previstos em qualquer dos contratos existentes.

Abaixo estão demonstrados os valores dos contratos mais relevantes contabilizados como despesas nos períodos findos em 30 de junho de 2013 e de 2012, bem como os pagamentos futuros que a Companhia fará com base nesses contratos.

	30/06/2013	30/06/2012
Despesas reconhecidas no período		
Locação de infraestrutura de pontos de atendimento (<i>Callcenter</i>)	1.702	2.243
Locação de imóveis	1.773	1.596
Locação de veículos	87	285
Locação de computadores	1.338	978
Locação de impressoras	44	115
Locação de equipamentos e serviços de informática	7.542	1.209
Total	12.486	6.426

Os pagamentos futuros relativos aos contratos acima acontecerão nos valores de R\$ 4.147 em 2014, R\$ 4.683 em 2015, R\$ 1.960 em 2016, R\$ 1.051 em 2017 e R\$ 3.317 após 2017.

15. DEBÊNTURES

	30/06/2013	31/12/2012	Qtde.	Remuneração	Pagamento dos juros	Amortização do principal
5ª Emissão	337.010	322.228				
1ª Série	123.534	123.575	12.000	CDI + 0,98% a.a.	semestral a partir de 15 de fevereiro de 2012	33,33% em 15/08/2014, 15/08/2015 e 15/08/2016
2ª Série	214.145	199.422	18.000	IPCA + 7,68% a.a.	anual a partir de 15 de agosto de 2012	33,33% em 15/08/2016, 15/08/2017 e 15/08/2018
Custos com emissão	(669)	(769)				
6ª Emissão	697.734	669.632				
1ª Série	225.143	224.978	22.000	CDI + 0,74% a.a.	semestral a partir de 12 de março de 2013	50% em 12/09/2016 e 12/09/2017
2ª Série	109.936	103.622	10.000	IPCA + 5,10% a.a.	anual a partir de 12 de setembro de 2013	50% em 12/09/2018 e 12/09/2019
3ª Série	363.869	342.332	33.000	IPCA + 5,50% a.a.	anual a partir de 12 de setembro de 2013	33,33% em 14/09/2020, 13/09/2021 e 12/09/2022
Custos com emissão	(1.214)	(1.300)				
	1.034.744	991.860				
Total						
Circulante	40.573	20.396				
Não circulante	994.171	971.464				

De acordo com o CPC 08 – Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos de Valores Mobiliários, os recursos captados em 2012 com a 6ª Emissão de Debêntures foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão, sendo que tais custos são apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos. O saldo total a apropriar é de R\$ 1.883, sendo R\$ 375 no curto prazo (R\$ 199 referente a 5ª emissão e R\$ 176 referente a 6ª emissão) e R\$ 1.508 no longo prazo (R\$ 470 referente a 5ª emissão e R\$ 1.083 referente a 6ª emissão).

O vencimento do saldo de longo prazo das debêntures em 30 de junho de 2013 ocorrerá da seguinte forma: R\$ 40.000 em 2014, R\$ 40.000 em 2015, R\$ 216.994 em 2016, R\$ 176.994 em 2017 e R\$ 521.691 após 2017.

Abaixo características gerais das debêntures da Companhia:

Características	5ª Emissão	6ª Emissão
Tipo	simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ação	simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ação
Espécie	quirografia, sem garantia	quirografia, sem garantia
Séries	duas	três
Valor original	R\$ 300.000	R\$ 650.000
Valor nominal	R\$ 10 por ação	R\$ 10 por ação

Não há cláusula de repactuação para nenhuma das emissões de Debêntures.

Condições Restritivas Financeiras (covenants):

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado no caso de não observância no cumprimento de determinados índices financeiros conforme disposto na cláusula de vencimento antecipado, inciso XIX das escrituras da emissão.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a Companhia cumpriu todas as condições restritivas exigidas pelas respectivas escrituras de emissão.

A íntegra dos termos e das condições da distribuição pública da 5ª e 6ª emissões de debêntures estão disponíveis no website da Elektro: www.elektro.com.br.

16. TRIBUTOS A RECOLHER

	30/06/2013	31/12/2012
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	7.308	75
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	12.551	11.090
Programa de integração social - PIS	2.725	2.407
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	88.633	88.310
Impostos retidos na fonte	763	983
Imposto sobre serviço - ISS	201	431
Total	112.181	103.296

A Companhia tem como prática efetuar as antecipações de imposto de renda e contribuição social no mês subsequente à sua apuração, de forma que durante o exercício há um descasamento entre o imposto a pagar e a antecipação. O encontro entre antecipações e impostos a pagar é efetuado no encerramento do exercício, fator que explica a variação do saldo da rubrica "Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido" entre 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

17. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

O saldo de juros sobre capital próprio a pagar de R\$ R\$ 78.167 e de dividendos a pagar de R\$ 46.576 estão de acordo com as deliberações da Administração acerca do lucro do exercício de 2012, aprovados na Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 17 de abril de 2013, e serão pagos conforme disponibilidade de caixa, dentro do exercício social de 2013, precedidos de aviso aos acionistas publicados para esta finalidade.

Existem valores de dividendos a pagar para acionistas minoritários que ainda não se apresentaram com seus dados cadastrais atualizados.

18. PROVISÕES E ENCARGOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO

	30/06/2013	31/12/2012
Férias e 13º salário a pagar	17.639	17.771
Retenções do empregado	1.787	2.701
INSS parte da empresa	9.726	8.553
FGTS	2.654	2.904
Participação nos lucros e resultados	13.468	14.320
Outros	321	274
Total	45.595	46.523

19. OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) E PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Elektro aplicar, anualmente, o montante de 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas é definida pela Lei nº 9.991/2000. Por meio das Resoluções Normativas nº 300/2008, nº 316/2008, nº 408/2010 e nº 504/2012, a ANEEL estabelece os critérios de apuração de valores dos programas, correção Selic, pagamentos e aplicação dos recursos.

O saldo das obrigações da Companhia com as obrigações de P&D e programas de Eficiência Energética, de acordo com a distribuição do recurso é como segue:

Distribuição do recurso	Percentual de distribuição da ROL	30/06/2013	31/12/2012
Programa de Eficiência Energética	0,50%	20.543	17.426
Pesquisa e Desenvolvimento	0,20%	19.977	19.438
FNDCT	0,20%	471	667
MME	0,10%	235	334
Encargos do sistema isolado - TN	0,30%	-	878
Total		41.226	38.743
Circulante		12.533	11.701
Não circulante		28.693	27.042

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
a. Planos de Pensão

A Elektro, através da Fundação CESP, mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensão para seus empregados, que têm as seguintes descrições:

PSAP/CESP B: Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, que corresponde aos benefícios assegurados aos empregados vinculados ao plano vigente até 31 de dezembro de 1997, ou seja, antes da implantação do plano misto, calculado proporcionalmente até aquela data. Este plano está fechado para novas adesões.

PSAP/CESP B1: Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão Elektro – PSAP Elektro, iniciado em 1º de janeiro de 1998, sendo um plano misto, cuja meta de benefício é a integralidade do salário na aposentadoria, sendo 70% do salário real de contribuição como Benefício Definido e 30% como Contribuição Definida.

Quando o Plano PSAP/CESP B1 foi criado, a transferência do Plano PSAP/CESP B para PSAP/CESP B1 foi ofertada aos participantes. Aqueles que migraram, adquiriram o direito de receber o benefício saldado (BSPS) proporcional ao tempo que contribuíram para o plano anterior, podendo destinar este recurso como contribuição ao novo plano ou aguardar a elegibilidade ao benefício, sem a acumulação de nenhum outro benefício adicional no futuro.

Na avaliação atuarial dos planos previdenciários foi adotado o método do crédito unitário projetado, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual se estima que este empregado esteja a serviço da Companhia, para então determinar o custo para cada ano de serviço.

O plano apresenta superávit, o laudo atuarial demonstra um ativo atuarial de R\$ 33.562 em 31 de dezembro de 2012. O superávit atuarial não é reconhecido contabilmente, pois de acordo com as regras da Secretaria da Previdência Complementar (SPC) - Resolução CGPC nº 26/2008, o reconhecimento do ativo atuarial é permitido somente se a reserva de contingência estiver reconhecida pelo seu percentual máximo que é de 25% das reservas matemáticas, de modo a assegurar o equilíbrio financeiro do plano em função da volatilidade destas obrigações. Somente a partir deste limite, o superávit pode ser utilizado pela patrocinadora para abater contribuições futuras ou ser reembolsado à patrocinadora. Para a Elektro, esta relação estava em 18% em 31 de dezembro de 2012, abaixo do limite de 25% requerido, não permitindo, portanto, o reconhecimento contábil de nenhum superávit atuarial, conforme demonstrado abaixo:

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.076.309	764.730
Valor justo dos ativos do plano	<u>1.109.871</u>	<u>928.324</u>
Superávit para planos cobertos	33.562	163.594
Limite de Ativo de Benefício Definido (§ 58(b))	<u>(33.562)</u>	<u>(163.594)</u>
(Ativo) atuarial líquido	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

Os valores reconhecidos no resultado nos períodos findos em 30 de junho de 2013 e de 2012 e no resultado abrangente são os seguintes:

Componentes da despesa (receita) do plano	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Valores reconhecidos no demonstrativo de resultados do período		
Custo do serviço corrente ⁽¹⁾	<u>(9.136)</u>	<u>(4.602)</u>
Receita (despesa) reconhecida	<u><u>(9.136)</u></u>	<u><u>(4.602)</u></u>

Para o período findo em 30 de junho de 2013, a Companhia efetuou contribuições aos planos de benefícios mantidos junto à Fundação CESP no montante de R\$ 1.440 (R\$ 1.507 no mesmo período de 2012).

A Elektro também é instituidora de um plano gerador de benefícios livres (PGBL), disponibilizado aos seus empregados não optantes pelo PSAP/Elektro (acima descrito), sob denominação de Plano A e Plano Modular Empresarial Coletivo (Plano B), ambos planos de contribuição definida.

As contribuições são feitas pelos participantes e pela Elektro, que também é responsável pelo pagamento das despesas administrativas deste plano. Os custos incorridos pela Companhia no primeiro semestre de 2013 foram de R\$ 218 (R\$ 238 no mesmo período de 2012), tendo sido registradas à conta de despesa com pessoal.

b. Plano Especial de Aposentadoria

Por meio de Acordo Coletivo de Trabalho, a Elektro criou em 2007 o Plano Especial de Aposentadoria (PEA), como incentivo à aposentadoria daqueles empregados que já são elegíveis à aposentadoria oficial. O plano tem validade até 2013, com possibilidade de renovação até 2015. O incentivo consiste no pagamento de uma indenização, além de todos os benefícios previstos em lei no caso de demissão.

O valor atualizado da provisão em 30 de junho de 2013 é de R\$ 1.300 (R\$ 2.667 em 31 de dezembro de 2012), registrado no passivo circulante referente a colaboradores que já aderiram ao plano, e de R\$

8.247 (R\$ 8.719 em 31 de dezembro de 2012) registrado no passivo não circulante, com base na estimativa de que até o final do ano de 2015, 179 colaboradores possam aderir ao plano.

21. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

a. Provisão para ações judiciais e regulatórias

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Companhia que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam os riscos contingentes de forma individual, o que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável.

As provisões registradas refletem as perdas consideradas prováveis com tais demandas, e apresentam os seguintes saldos e movimentações.

	31/12/2012	Ingresso	Atualização	Reversão	Liquidação	30/06/2013
Cíveis e ambientais	102.260	6.119	2.131	(263)	(2.317)	107.930
Trabalhistas	23.445	1.431	2.133	(224)	(2.264)	24.521
Tributárias	27.827	33	1.187	-	(4)	29.043
Desapropriações e servidões	10.618	684	731	-	(187)	11.846
Regulatórias	22.524	4.605	-	(691)	-	26.438
Total das provisões	186.674	12.872	6.182	(1.178)	(4.772)	199.778

Em 30 de junho de 2013, as provisões efetuadas pela Companhia são principalmente para a cobertura de eventuais perdas referentes a ações indenizatórias cíveis e ambientais envolvendo objetos de naturezas diversas; causas trabalhistas envolvendo ações movidas por ex-empregados da Elektro (ou de suas contratadas) referentes a diferenças salariais, horas extras e outros; e regulatórias, que estão diretamente relacionadas com indicadores de desempenho da ANEEL e penalidades referentes à contratação do uso do sistema de transmissão (MUST). As desapropriações e servidões estão relacionadas a reclamações de proprietários e ex-proprietários de terrenos utilizados pela Elektro quanto aos valores das indenizações.

Provisões cíveis - Uso da faixa de domínio de rodovias

Em agosto de 2001, foram ajuizadas duas ações pela Elektro em face do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER) e concessionárias de rodovias estaduais, para que estas deixem de impedir a livre atuação da Elektro, quanto ao uso das faixas intermediárias e laterais das rodovias para a instalação de infraestrutura de distribuição de energia elétrica. O Tribunal de Justiça de São Paulo julgou a ação contra a Elektro.

Em agosto de 2008, a Elektro recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e propôs uma medida cautelar com pedido de liminar para suspender a decisão da corte paulista, sendo que, em novembro de 2008, a liminar foi denegada por um dos ministros do STJ. Em setembro de 2010, o STJ não conheceu o Recurso Especial apresentado pela Elektro por questões processuais. A Elektro apresentou recurso perante o STF, o qual não foi admitido pelo STJ, e a Elektro tomará a medida cabível. Diante dessas decisões a Elektro mantém provisionado R\$ 84.029, em 30 de junho de 2013 (R\$ 80.712 em 31 de dezembro de 2012).

Provisões Tributárias

Em 5 de dezembro de 2007, a EPC - sucedida pela Companhia, impetrou Mandado de Segurança para não pagar PIS e COFINS sobre a receita de juros sobre capital próprio. O processo aguarda julgamento de recurso em virtude de decisão de 1ª instância que lhes foi desfavorável. O valor provisionado em 30 de junho de 2013 é de R\$ 27.304. Para maiores detalhes da incorporação das contingências da EPC pela Elektro, vide nota 4 das Demonstrações Financeiras de 2012).

Outras provisões tributárias envolvem questões relativas à ilegalidade da exigência de tributos federais, estaduais e municipais.

b. Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia discute questões de diversas naturezas que, com base na avaliação dos seus assessores jurídicos e seguindo critérios definidos pela Administração, são consideradas de risco de perda possível e, portanto, não são provisionadas. O valor estimado para os assuntos trabalhistas é de R\$ 16.287 e para os cíveis é de R\$ 43.859, e os processos ambientais, de desapropriação e servidão de passagem, que somam R\$ 4.829 em 30 de junho de 2013, referem-se à utilização de espaço em terras de terceiros para a construção de linhas para a prestação do serviço de distribuição, cujas instâncias processuais são as mais diversas e em sua grande maioria, tratam-se de processos individuais com valores não relevantes.

Quanto aos assuntos previdenciários, o valor estimado é de R\$ 79.876, e refere-se principalmente ao recebimento de notificações e autos de infração, lavrados em 29 de dezembro de 2006, pelo INSS, exigindo contribuições de períodos entre 1998 e 2006 sobre diversas verbas trabalhistas, em especial participações nos lucros e resultados. Com base na Súmula Vinculante nº 8 do STF, de junho de 2008, parte das autuações foram anuladas devido a prazos de prescrição e decadência.

Quanto às questões tributárias, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ – SP) lavrou diversos Autos de Infração e Imposição de Multa (AIIM), relacionados a diversas matérias que a Elektro vem se defendendo e todos encontram-se em instância administrativa, sendo que os principais assuntos são: créditos de ICMS supostamente tomados de forma indevida; diferença na metodologia de cálculo do ICMS nos municípios de Ubatuba, Itanhaém, Dracena e Ouro Verde; ausência de pagamento de ICMS, sob as alegações fazendárias de que teria havido transporte indevido a maior e a menor de valores entre os Livros de Registro de Entrada e de Saídas e o livro Registro de Apuração do ICMS; suposto creditamento indevido de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado; suposto descumprimento de obrigações acessórias; e, suposto creditamento indevido por meio de escrituração de notas fiscais que geraram estorno de débitos. Todos esses AIIM somam R\$ 274.980 atualizados para 30 de junho de 2013 (R\$ 279.973 em 31 de dezembro de 2012).

Adicionalmente, a Elektro tem um pleito junto a Receita Federal para validação da opção de aplicação de parcela do seu imposto de renda no FINAM que está pendente de decisão final administrativa. O valor atualizado até 30 de junho de 2013 é de R\$ 21.853 (R\$ 21.363 em 31 de dezembro de 2012).

Existem outras questões tributárias diversas que também estão em instâncias administrativas, sobre as quais a Elektro está se defendendo e que somam R\$ 66.313 em 30 de junho de 2013.

Em março de 2007, o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública em face da Elektro que visa proibir a Companhia de terceirizar suas atividades-fim. O Procurador alegou que trabalhadores que prestam serviços em tais atividades devem ser contratados diretamente pela Elektro e não por empresas contratadas. Já houve decisão de primeira instância desfavorável à Elektro, a qual apelou ao TRT, que confirmou a decisão. Foi apresentado recurso ao TST e a Administração, baseada na opinião dos advogados, entende que os argumentos para reversão da decisão são razoáveis.

22. PLANO DE INCENTIVO BASEADO EM AÇÕES

Após aprovação do Conselho de Administração, a Elektro instituiu um Plano de Incentivo de Longo Prazo, baseado na outorga de ações da Iberdrola ao beneficiário. Após cumpridas algumas condições e metas previstas em contrato assinado entre este e a Companhia, ao longo de dois anos contados a partir da assinatura do contrato, denominado “prazo de apuração”.

A transferência completa das ações se dará após o transcurso de outros três anos, denominado “prazo de liquidação”. Atingidas as metas e condições do “prazo de apuração”, a Elektro adquirirá por conta e ordem do beneficiário as ações, conforme previsão contratual. As principais metas que deverão ser atingidas, quando da conclusão do Período de Apuração, são: (i) evolução do lucro líquido consolidado em comparação com os cinco principais concorrentes da Iberdrola S.A.; (ii) evolução do valor da ação da Iberdrola S.A., a partir da média do índice *DJ Eurostoxx Utilities* e das ações dos cinco principais concorrentes europeus e (iii) manutenção da qualificação de crédito da Companhia (*rating*).

Portanto, esse plano passa a ser “liquidado em caixa” para Elektro e por isso a Companhia passou a utilizar um passivo exigível em contrapartida da despesa e não mais uma conta de patrimônio líquido.

Os contratos assinados ao final de 2012, substituem para todos os fins o plano baseado em ações anterior, mantidas as condições e valores originais. O valor registrado no resultado do exercício deste

benefício no resultado acumulado em 30 de junho de 2013 é de R\$ 1.326 (R\$ 1.228 em 30 de junho de 2012) e o valor acumulado registrado em "Outros Passivos" no passivo não circulante é de R\$ 6.432 em 30 de junho de 2013 (R\$ 5.106 em 31 de dezembro de 2012).

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 952.492, tem a seguinte composição acionária:

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação
Iberdrola Brasil S.A.	91.855.825	101.279.596	193.135.421	99,68%
Acionistas minoritários	25.147	598.697	623.844	0,32%
Total	91.880.972	101.878.293	193.759.265	100,00%

24. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Nota Explicativa	30/06/2013			30/06/2012		
	Nº de consumidores	MWh	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$
Receitas operacionais	2.333.507	6.197.181	2.316.993	2.289.070	6.019.419	2.680.225
Fornecimento para consumidores	2.333.507	6.197.181	1.949.619	2.289.070	5.974.732	2.230.875
Outras receitas	-	-	367.374	-	44.687	449.350
CCEE	-	-	27.366	-	44.687	6.910
Receita de uso do sistema de distribuição	-	-	88.443	-	-	269.314
Remuneração do ativo financeiro (WACC)	-	-	26.956	-	-	28.506
Receita de construção	11.3	-	137.062	-	-	122.084
Subvenções CDE	-	-	69.979	-	-	3.919
Outras receitas	-	-	17.568	-	-	18.617
Deduções às receitas operacionais	-	-	(646.619)	-	-	(937.278)
Quota para a reserva global de reversão - RGR	-	-	(2.266)	-	-	(25.327)
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC	-	-	(9.876)	-	-	(109.341)
Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	(23.105)	-	-	(84.861)
ICMS sobre fornecimento	-	-	(386.202)	-	-	(451.504)
COFINS	-	-	(169.832)	-	-	(197.228)
PIS	-	-	(36.871)	-	-	(42.819)
Programa de P&D e eficiência energética	-	-	(15.236)	-	-	(13.264)
Outros	-	-	(3.231)	-	-	(12.934)
Total	2.333.507	6.197.181	1.670.374	2.289.070	6.019.419	1.742.947

A redução nos encargos se deve a Lei nº 12.783/13, a qual extinguiu a arrecadação da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e RGR (Reserva Global de Reversão), além de reduzir a arrecadação da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) em 75%.

25. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	30/06/2013		30/06/2012	
	MWh	R\$	MWh	R\$
Supridores de energia	7.118.730	999.729	6.768.079	745.390
Itaipu Binacional (*)	1.446.460	170.418	1.443.551	157.919
Contratos bilaterais	23.125	4.294	22.917	5.992
Contrato de compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	4.272.807	632.634	5.148.104	508.354
Mercado SPOT	718.511	221.873	162	17.978
(-) Repasse CDE - Cotas	-	(136.847)	-	-
Contrato cotas (CCGF e CCEN)	509.507	50.036	-	-
PROINFA	148.320	49.364	153.345	43.061
Uso do transporte de energia	-	7.957	-	12.086
Outros custos de energia	-	50.610	-	185.068
ONS - Uso da rede básica	-	95.630	-	229.462
CTEEP- Encargos de conexão	-	12.413	-	20.028
Encargos de serviços do sistema - ESS	-	171.603	-	30.216
(-) Repasse CDE - ESS	-	(124.696)	-	-
Risco hidrológico	-	3.250	-	-
(-) Repasse CDE Risco Hidrológico	-	(3.250)	-	-
Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada	-	(104.340)	-	(94.638)
Total	7.118.730	1.050.339	6.768.079	930.458

(*)

Contrato de repasse de energia e tarifa de transporte.

Até 30 de junho de 2013 houve elevação nos custos de energia devido principalmente à elevação do ESS e do custo com disponibilidade da geração térmica, em função do despacho das usinas térmicas, que estavam operando no patamar máximo até o mês de abril de 2013, devido aos baixos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas (ver maiores detalhes na nota 4). Adicionalmente, considerando a exposição das concessionárias no mercado de curto prazo, decorrente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência, aliada à rescisão de contratos do 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização das usinas pela ANEEL, o custo de energia das distribuidoras teve um aumento expressivo em 2012 e início de 2013.

Devido este cenário e considerando que as empresas tem pequeno controle desses custos, o governo brasileiro emitiu o Decreto nº 7.945/13, que determina o repasse de recursos da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético com a intenção de neutralizar parte dos problemas de caixa e resultado enfrentado pelas distribuidoras nesse período, vide nota 4.2.

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2013	30/06/2012
Gastos com pessoal	121.816	119.294
Gastos com materiais	16.485	16.242
Gastos com serviços de terceiros	47.229	53.826
Outras despesas operacionais líquidas	72.610	78.637
Despesas com arrecadação bancária	7.474	7.912
Aluguéis e seguros	7.057	6.908
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	12.627	16.075
Telefonia e telecomunicações	6.716	9.117
Perda na desativação e alienação de bens, líquida	13.422	5.834
Taxas e contribuições	8.622	8.230
Despesas com viagens	3.605	2.109
Provisões para ações judiciais e regulatórias	6.116	13.244
Outras	6.971	9.208
	258.140	267.999
Custo da operação	172.352	177.961
Despesas com vendas	7.723	7.205
Despesas gerais e administrativas	26.998	27.697
Outras despesas operacionais	51.067	55.136
	258.140	267.999

27. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Receitas	58.124	45.540
Aplicações financeiras	16.080	11.619
Encargos sobre conta de energia elétrica em atraso	21.561	22.336
Atualizações monetárias e cambiais	12.504	8.650
Outras receitas financeiras	7.979	2.935
Despesas financeiras	<u>(96.972)</u>	<u>(74.699)</u>
Juros sobre empréstimos com terceiros	(11.296)	(25.052)
Juros sobre debêntures	(33.122)	(24.107)
Atualizações monetárias e cambiais	(36.995)	(11.800)
Outras despesas financeiras	(15.559)	(13.740)
Total	<u><u>(38.848)</u></u>	<u><u>(29.159)</u></u>

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
Reconciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado:

	<u>30/06/2013</u>		<u>30/06/2012</u>	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	112.685	112.685	321.596	321.596
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-
	<u>(28.159)</u>	<u>(10.142)</u>	<u>(80.387)</u>	<u>(28.944)</u>
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(3.496)	(1.191)	(3.564)	(1.155)
Incentivos fiscais e outros	2.178	405	3.414	603
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(29.477)</u>	<u>(10.928)</u>	<u>(80.537)</u>	<u>(29.496)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(42.835)	(15.737)	(86.262)	(31.556)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.358	4.809	5.725	2.060
Total	<u><u>(29.477)</u></u>	<u><u>(10.928)</u></u>	<u><u>(80.537)</u></u>	<u><u>(29.496)</u></u>

Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados à alíquota de 34%, e estão apresentados no quadro abaixo:

	Balancos patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	30/06/2012
IR e CS sobre diferenças temporárias	153.288	154.698	(1.408)	54.848
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.916	16.136	(1.220)	1.154
Provisão para ações judiciais e regulatórias	54.908	52.200	2.708	6.675
Plano especial de aposentadoria	3.246	3.871	(625)	(960)
Variação cambial	-	35.438	(35.438)	13.823
Provisão ganho/perda hedge	-	(34.791)	34.791	(14.550)
Provisão perda na desativação de ativos	5.116	680	4.436	553
Provisão efeito postergação tarifária	67.241	77.112	(9.871)	51.043
Outras	7.861	4.052	3.811	(2.890)
Benefício fiscal do ágio incorporado Terraço	105.193	111.749	(6.556)	(6.603)
Benefício fiscal do ágio incorporado - Iberdrola	643.476	664.691	(21.215)	(3.536)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	(33.980)	(67.060)	47.347	(36.923)
Plano de pensão	(3.107)	8.053	3.107	1.564
Leasing	182	191	(9)	(57)
Reversão dos ativos e passivos regulatórios	(25.088)	(71.376)	46.288	(38.277)
Marcação a mercado swap	-	16	(16)	(153)
Contratos de concessão - marcação a mercado	(5.967)	(3.944)	(2.023)	-
Subtotal - impacto no resultado do período	867.977	864.078	18.168	7.786
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	3.107	(8.054)	(3.107)	27.331
Plano de pensão	3.107	(8.054)	(3.107)	(1.564)
Contratos de concessão - marcação a mercado	-	-	-	28.895
Total	871.084	856.024	15.061	35.117

Os créditos fiscais diferidos oriundos de diferenças temporárias estão em conformidade com a Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, inclusive quanto ao prazo de realização, que não ultrapassa dez anos.

O reconhecimento desses créditos tem como base as projeções de resultados tributáveis futuros da Companhia, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de abril de 2013.

O benefício fiscal do ágio incorporado está registrado conforme determinado pela ANEEL e Instruções nº 319/99 e nº 349/01 da CVM, sendo que os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais encontram-se em contas específicas de ágio incorporado e provisão, com as correspondentes amortização e reversão. No caso do ágio referente à incorporação da Terraço, a realização desse valor dar-se-á mediante percentuais oficializados em 23 de dezembro de 2003 pela ANEEL, através do Ofício nº 2.182/2003, definidos com base no prazo da concessão e na expectativa de recuperação indicada pelas projeções de resultados tributáveis apresentadas pela Companhia ao órgão regulador naquela época. O ágio referente à incorporação da Iberdrola Energia do Brasil Ltda. será realizado linearmente até o final da concessão, também baseado em premissas de resultado futuro que foram apresentadas e anuídas pela ANEEL.

A expectativa de amortização dos créditos fiscais diferidos e dos benefícios fiscais dos ágios incorporados registrados em 30 de junho de 2013 é como segue: R\$ 35.421 em 2013, R\$ 63.550 em 2014, R\$ 61.926 em 2015, R\$ 59.303 em 2016, R\$ 59.054 em 2017 e R\$ 591.830 de 2018 a 2028.

Os valores efetivos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis, da expectativa de realização das diferenças temporárias e outras variáveis. Portanto, essa expectativa não deve ser considerada como um indicativo de projeção de lucros futuros da Companhia. Adicionalmente, essas projeções estão baseadas em uma série de premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

29. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão associadas às receitas obtidas junto à Elektro Comercializadora de Energia Ltda., que se referem a serviços, compartilhamento de infraestrutura e sublocação de salas. As despesas são relativas à compra de energia elétrica no mercado livre para o prédio da Sede da Elektro e prestação de serviços por parte da Iberdrola. No período findo em 30 de

junho de 2013, as receitas foram de R\$ 253 (R\$ 119 em 30 de junho de 2012) e as despesas de R\$ 617 (R\$ 324 em 30 de junho de 2012).

Os valores dos serviços e do compartilhamento de infraestrutura têm como base a estimativa de custos das atividades desenvolvidas pela Companhia e compartilhamento de infraestrutura. O contrato de sublocação é reajustado pelo IGP-M a cada 12 meses e foi firmado por tempo indeterminado, a partir de 1º de abril de 2004. O contrato de compra de energia elétrica foi firmado em 18 de outubro de 2011 com suprimento de energia no período de 22 de agosto de 2010 a 22 de agosto de 2014.

De acordo com o CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560/08, a remuneração total da Administração da Companhia no período findo em 30 de junho de 2013, registrada na rubrica de gastos com pessoal, foi de R\$ 2.829 (R\$ 4.030 em 30 de junho de 2012), sendo que esse valor está relacionado a remunerações fixa e variável de R\$ 2.182 (R\$ 3.025 em 30 de junho de 2012) e encargos sociais e benefícios, inclusive pós emprego, no valor de R\$ 647 (R\$ 1.005 em 30 de junho de 2012). Além desses montantes, destacam-se, ainda, benefícios adquiridos por estes administradores referentes ao plano de opções de ações da Iberdrola concedidas pela Elektro (vide nota 23) no montante de R\$ 1.325 no período findo em junho de 2013.

Adicionalmente, a Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos seus empregados, inclusive administradores (vide nota 20.1).

30. SEGUROS

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios da Companhia de eventuais sinistros:

A vigência das apólices de Riscos operacionais e multirisco (Propriedade) e Responsabilidade civil com terceiros compreende o período de 31 de maio de 2013 a 31 de maio de 2014, e da apólice de Responsabilidade civil de administradores compreende o período de 1º de junho de 2013 a 1º de junho de 2014.

Riscos	Importância segurada	Cobertura da apólice
Riscos operacionais e multirisco	888.001	Danos materiais aos ativos da Companhia, exceto para as linhas de transmissão e distribuição
Responsabilidade civil terceiros	44.000	Danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, incluindo aqueles causados por empregados próprios e contratados
Responsabilidade civil administradores	26.250	Cobertura padrão praticada pelo mercado segurador

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Considerando os termos da Instrução CVM nº 475/08, Deliberação CVM nº 550/08 e Deliberação CVM nº 604/09, que aprovou os CPCs 38, 39 e 40, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que tratam do reconhecimento e mensuração, da apresentação e da evidenciação de instrumentos financeiros, a seguir encontra-se a descrição dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, seus critérios de avaliação e valorização para fins de registro nas informações trimestrais, bem como o nível hierárquico para mensuração do valor de mercado apresentado.

Ativo indenizável (concessão): vide nota 11.1.

Empréstimos e financiamentos: Estão avaliados e registrados segundo parâmetros estabelecidos em contrato, sendo que o valor de mercado desses passivos, calculado, somente para fins de demonstração, foi projetado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando taxas disponíveis no mercado para operações semelhantes na data das informações trimestrais. Para contratos vinculados a projetos específicos do setor, obtidos junto à Eletrobrás, os valores de mercado são considerados idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares disponíveis, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Os empréstimos e financiamentos foram mensurados e contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. O valor contábil é o que melhor

representa a posição patrimonial e financeira da Companhia com relação a esses instrumentos, portanto, o valor de mercado para esses passivos é somente informativo. Nível hierárquico 2.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira: A Companhia captou empréstimos denominados em moeda estrangeira, acrescidos de juros pré-fixados, para os quais foram contratadas operações de “Swap” com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio e substituindo os juros pré-fixados pela variação do CDI. Essa foi uma operação “casada” que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de “Swap” contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que foram liquidados pelo seu valor líquido. Nível hierárquico 2.

Os empréstimos em moeda estrangeira foram liquidados em 9 de abril de 2013, data dos respectivos vencimentos.

Estas operações foram consideradas como itens objeto de hedge (hedge accounting), e foram contabilizadas pelos seus valores justos. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando taxas de mercado cotadas mensalmente, levando-se em consideração as mesmas condições das operações contratadas.

Debêntures: Estão avaliadas e registradas pelo método do custo amortizado, seguindo os termos das respectivas escrituras de emissão, representando o valor captado líquido dos respectivos custos da emissão, atualizado pelos juros efetivos da operação e os pagamentos havidos no período. O valor de mercado das debêntures, conforme quadro abaixo é calculado segundo metodologia de fluxo de caixa descontado, com base na taxa de juros da 6ª emissão de debêntures da Elektro definida no processo de *bookbuilding*. Esta é a taxa de juros considerada a mais atualizada do mercado, uma vez que ainda não houve nenhuma negociação da 5ª emissão e da 6ª emissão de debêntures no mercado secundário. Desse modo, a Anbima não divulgou taxas indicativas para as debêntures referidas. As debêntures foram classificadas como “passivos financeiros não mensurados ao valor justo” e o valor de mercado demonstrado é informativo. Para a 6ª Emissão de Debêntures, como não houve nenhuma negociação no mercado secundário, o valor de mercado é o mesmo registrado no processo de *bookbuilding* (valor contábil). Nível hierárquico 2.

Demais ativos e passivos financeiros: Para caixa e equivalentes de caixa nível hierárquico 1 e para os demais ativos e passivos, nível hierárquico 2. Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia e sua classificação:

			30/06/2013	
	Valor contábil	Valor de mercado	Avaliação	Classificação
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	432.092	432.092	Valor justo	Mantido para negociação
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	552.192	552.192	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Caução de fundos e depósitos vinculados	48.024	48.024	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo indenizável (concessão)	499.636	499.636	Valor justo	Disponível para venda
Total ativo	1.531.944	1.531.944		
Passivo				
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(473.438)	(473.438)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional*	(321.529)	(309.526)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Debêntures*	(1.034.744)	(1.067.271)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Arrendamento mercantil	(13.706)	(13.706)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Total passivo	(1.843.417)	(1.863.941)		

* Valor de mercado demonstrado é informativo.

Ver mais detalhes sobre o ativo financeiro indenizável na nota 11.1.

Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a Companhia de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Como atualmente não há risco cambial em suas operações, excetuando-se a contratação do empréstimo em moeda estrangeira, como já destacado acima, e a Elektro mantém o equilíbrio das taxas de juros entre ativo (caixa) e passivo (dívida) de forma natural, a utilização deste tipo de instrumento acaba sendo pontual e não com caráter usual.

Nas atividades da Companhia, são consideradas de risco relevante, apenas a exposição cambial, relacionada às variações cambiais derivadas dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, que são atrelados ao dólar norte-americano. Essas variações cambiais, embora apresentem impacto imediato nas demonstrações de resultado da Companhia, por não haver previsão de manutenção nas

informações trimestrais dos ativos e passivos regulatórios, estão contempladas e garantidas em cada reajuste tarifário anual, por meio do mecanismo da CVA. Portanto, em termos financeiros (caixa) a Companhia remanesce isenta do risco de variação cambial. Cabe à Administração suportar eventuais necessidades de capital de giro decorrentes da elevação da taxa de câmbio entre os reajustes tarifários. Da mesma maneira, a Companhia considerava possuir, em 30 de junho de 2013, proteção natural com relação à dívida indexada à inflação (IGP-M), em virtude do mecanismo de reajuste tarifário.

Seguem os principais fatores de risco que afetam os negócios da Companhia:

Variação das taxas de juros

Em conformidade à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de mensurar os impactos decorrentes de mudanças em variáveis de mercado.

A Administração da Companhia considera como cenário mais provável para a realização nos próximos 12 meses dos indicadores projetados abaixo as expectativas divulgadas no Relatório Focus do Banco Central. O impacto no resultado financeiro líquido foi analisado em três cenários de variação de índices CDI, IGP-M, IPCA e TJLP, sendo: (i) variação dos índices projetados para 2013, de acordo com dados do Relatório Focus, disponibilizado em 30 de junho de 2013: 8,70%, 5,68% e 5,65% respectivamente, ou no caso da TJLP, a última taxa divulgada pelo Conselho Monetário Nacional, 5,00%; (ii) elevação dos índices projetados atuais em 25% e (iii) elevação dos índices projetados atuais em 50%.

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário Provável (*)	Elevação do índice em 25% (*)	Elevação do índice em 50% (*)
Aplicações Financeiras	412.143	Variação CDI	35.836	44.795	53.754
Debêntures - 5ª Emissão 1ª Série	(123.534)	Variação CDI	(10.741)	(13.427)	(16.112)
Debêntures - 6ª Emissão 1ª Série	(225.143)	Variação CDI	(19.576)	(24.470)	(29.364)
	63.466		5.519	6.898	8.278
Ativo Indenizável ⁽¹⁾	499.636	Variação IGP-M	28.379	35.474	42.569
Debêntures - 5ª Emissão 2ª Série	(214.145)	Variação IPCA	(12.099)	(15.124)	(18.149)
Debêntures - 6ª Emissão 2ª Série	(109.936)	Variação IPCA	(6.211)	(7.764)	(9.317)
Debêntures - 6ª Emissão 3ª Série	(363.869)	Variação IPCA	(20.559)	(25.698)	(30.838)
Financiamentos - Finep 1º ciclo	(6.931)	Variação TJLP	(347)	(433)	(520)
Financiamentos - BNDES	(163.320)	Variação TJLP	(8.166)	(10.207)	(12.249)
Redução (aumento)			(13.484)	(16.854)	(20.226)

⁽¹⁾ Após análises frente ao cenário econômico e ao lastro do novo valor de reposição dos bens vinculados da concessão, a Companhia levou em consideração para o cálculo de sensibilidade a variação do IGP-M.

^(*) Conforme requerimento da instrução CVM nº 475/08, deterioração de 25% e 50% respectivamente, em relação ao cenário provável.

Risco de crédito

Obedecendo às regras previstas no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL em 27 de agosto de 1998, e de acordo com a regulamentação vigente do setor elétrico, a Elektro não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia além disso, pois é obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão.

Risco de Inadimplência

A Companhia reconhece como inadimplência qualquer conta em atraso a partir de 1 (um) dia após a data do seu vencimento. Em 30 de junho de 2013, o saldo do contas a receber venceu apresentou redução de 1,4% quando comparado com 31 de dezembro de 2012. O índice de inadimplência no encerramento do semestre foi de 4,2% (4,0% em 31 de dezembro de 2012).

A inadimplência até 90 dias teve uma redução de 3,7% no período encerrado em 30 de junho de 2013 e comparativamente a 31 de dezembro de 2012 parte decorrente dos efeitos da Resolução ANEEL nº 1.435, de 24 de janeiro de 2013, que reduziu em média as tarifas em 20,34%. O saldo de contas a receber venceu acima de 90 dias aumentou 5,8% no mesmo período em função, principalmente (i) do envelhecimento da carteira e da impossibilidade ao corte acima de 90 dias, de acordo com as regras

regulatórias: (ii) da redução na recuperação das empresas de cobrança terceirizada e (iii) da morosidade nos processos de cobrança na esfera judicial.

Para recuperação da inadimplência, a Companhia atua por meio de: (i) programas de renegociação dos débitos pendentes atrelados a garantias; (ii) negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito; (iii) corte do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente; (iv) contratação dos serviços de empresas especializadas na cobrança de contas em atraso e (v) cobrança judicial.

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Elektro justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Risco de mercado

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação, e contratou suas necessidades de energia para 2012. A partir de 2013, há necessidade de contratação de energia, devido, principalmente, ao término da vigência dos contratos dos leilões de energia existente. Parte do volume necessário para atendimento do crescimento de mercado a partir de 2013 já foi adquirido nos leilões das usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio) e de Belo Monte, sendo que o restante será recontratado em leilões específicos, conforme previsto na legislação vigente ou através de cotas estabelecidas na Medida Provisória nº 579/12 e Decreto nº 7.805/12 recentemente publicados.

Risco de interrupção no fornecimento de energia elétrica

A Elektro, com o intuito de minimizar os efeitos provocados por eventual descontinuidade do fornecimento de energia elétrica para seus clientes, atribuídos a eventos não previsíveis, e que atingem sua infraestrutura de sistemas elétricos, atua de forma intensa para reduzir o número de unidades consumidoras afetadas e também diminuir a frequência e o tempo dessas interrupções.

Dentre as ações executadas para diminuir a frequência e o tempo das interrupções, destaca-se a disponibilidade de três subestações móveis próprias que permitem flexibilidade operacional e agilidade no restabelecimento do fornecimento de energia elétrica. Acrescente-se o investimento na digitalização de 96 subestações (SE), a automação do comando de 827 equipamentos em redes de distribuição utilizando comunicação com tecnologia GSM que dispensa o deslocamento de equipes para a execução das tarefas.

Como ações para reduzir o número de unidades consumidoras atingidas, a Elektro mantém consistente programa de manutenção preventiva, atuando em média em 16 mil km de rede por ano, bem como realiza investimentos de melhoria, expansão e modernização como a modernização de 458 disjuntores e a substituição de 482 km de redes convencionais com cabos nus por redes compactas com cabos isolados, nos últimos 9 anos.

Índices financeiros

Os principais indexadores dos ativos e passivos financeiros apresentaram as seguintes cotações / variações acumuladas:

Índices	Variação % acumulada nos períodos	
	30/06/2013	30/06/2012
Taxa de câmbio R\$/US\$ ⁽¹⁾	2,2156	2,0213
Valorização (desvalorização) do Real frente ao Dólar	-8,42%	-7,76%
IGP-M	1,75%	3,19%
TJLP	2,47%	2,96%
Selic	3,62%	4,71%
CDI	3,57%	4,42%

⁽¹⁾ Cotação em 30 de junho.

DIRETORIA

MARCIO HENRIQUE FERNANDES

DIRETOR PRESIDENTE

SIMONE A. BORSATO SIMÃO

DIRETORA EXECUTIVA DE CONTROLADORIA, FINANCEIRA E DE RELAÇÕES COM
INVESTIDORES

ANDRÉ AUGUSTO TELLES MOREIRA

DIRETOR EXECUTIVO DE OPERAÇÕES

CRISTIANE DA COSTA FERNANDES

DIRETORA EXECUTIVA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS E INSTITUCIONAIS

JOÃO GILBERTO MAZZON

DIRETOR EXECUTIVO COMERCIAL E SUPRIMENTO DE ENERGIA

ANDRE OSWALDO DOS SANTOS

GERENTE EXECUTIVO DE CONTROLADORIA

CRC 1SP235939/O-7

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

FRANCISCO JAVIER VILLALBA SANCHEZ

CONSELHEIROS

EDUARDO CAPELASTEGUI SAIZ

MARIO JOSÉ RUIZ-TAGLE LARRAIN

FERNANDO ARRONTE VILLEGAS

JUSTO GARZON ORTEGA

JUAN MANUEL EGUIAGARY UCELAY

LUIZ CARLOS SILVA

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
Campinas – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota 3, em decorrência da mudança de política contábil por conta da aprovação do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, as informações contábeis correspondentes intermediárias relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.
Campinas (SP), 17 de julho de 2013

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luís A. Marini
Contador CRC 1SP182975/O-5

Adilvo França Júnior
Contador CRC 1BA021419/O-4-S-SP